



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**GERSON DA SILVA OLIVEIRA**

**A COMUNIDADE RIBEIRINHA DO ACAMPAMENTO CORAGEM E  
OS EFEITOS DA USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO (MA)**

ARAGUAÍNA (TO)  
2021

**GERSON DA SILVA OLIVEIRA**

**A COMUNIDADE RIBEIRINHA DO ACAMPAMENTO CORAGEM E  
OS EFEITOS DA USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO (MA)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins – UFT, campus universitário de Araguaína, para obtenção do grau de licenciado em Geografia, sob orientação do Prof. Dr. Ailton Sieben e Co-orientação do Prof. Me. Laylson Mota Machado.

ARAGUAÍNA (TO)  
2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

O48c Oliveira, Gerson da Silva.

A COMUNIDADE RIBEIRINHA DO ACAMPAMENTO CORAGEM E OS EFEITOS DA USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO (MA) . / Gerson da Silva Oliveira. – Araguaína, TO, 2021.

61 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Geografia, 2021.

Orientador: Airton Sieben

Coorientador: Laylson Mota Machado

1. Acampamento Coragem. 2. Território. 3. Usina Hidrelétrica de Estreito. 4. Rio Tocantins . I. Título

**CDD 910**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

GERSON DA SILVA OLIVEIRA

**A COMUNIDADE RIBEIRINHA DO ACAMPAMENTO CORAGEM E OS EFEITOS  
DA USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO (MA)**

Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado (a) e apresentado (a) à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Araguaína, Curso de Geografia para obtenção do título de licenciado em Geografia e aprovada em sua forma final pelos Orientadores e pela Banca Examinadora.

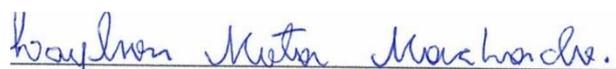
Data de aprovação: 05/08/2021

Banca Examinadora:



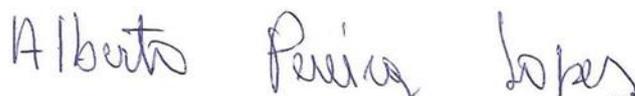
---

Prof. Dr. Airton Sieben (Orientador), UFNT



---

Prof. Me. Laylson Mota Machado (Co-orientador), UFPel



---

Prof. Dr. Alberto Pereira Lopes, (Examinador), UFNT



---

Prof. Me. Mariane Emanuelle da Silva Lucena (Examinadora) UFNT/PPGCULT

*Aos meus pais, Sônia Lopes da Silva Oliveira  
e Gessiênio Oliveira da Silva, por todos os  
ensinamentos, apoio e amor em toda essa  
minha jornada.*

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pelo dom da vida, por me abençoar ao longo desta jornada, me dando forças para sempre continuar e nunca desistir.

Agradeço a Universidade Federal do Tocantins- UFT, pela oportunidade de cursar um curso gratuito e de qualidade, no qual me apaixonei pela Ciência Geográfica.

Ao meu orientador Professor Dr. Airton Sieben e Co-orientador Laylson Mota Machado, que estiveram comigo no decorrer da minha jornada acadêmica e sempre me motivaram a continuar pesquisando e acreditando nos meus sonhos. Agradeço as excelentes orientações e contribuições na construção deste trabalho, sem vocês eu não teria conseguido. Minha eterna gratidão aos dois.

Agradeço imensamente a toda minha família, em especial aos meus pais, Sônia Lopes da Silva Oliveira e Gessiênio Oliveira da Silva. Ao meu tio Gracione Oliveira da Silva, que nunca mediu esforços para me ajudar ao longo da vida, principalmente nos estudos. É um segundo pai para mim.

Agradeço também a todo quadro de professores do curso de Licenciatura em Geografia, por todos os ensinamentos ao longo da graduação. Em especial, ao meu querido professor Dr. Alberto Pereira Lopes por ter aceitado o convite de ser examinador e avaliador para do meu trabalho. Agradeço também a Mestre Mariane Emanuelle da Silva Lucena por ter aceitado o convite para ser examinadora externa.

Dedico e agradeço aos moradores do Acampamento Coragem, por toda receptividade desde minha primeira visita à comunidade, sendo sempre muito acolhedores e atenciosos. Vocês são a base desta pesquisa, sou muito grato por todos os dados fornecidos, pelas conversas que foram muito enriquecedoras ao longo dessa trajetória. Desejo a vocês que consigam alcançar e conquistar todos os direitos que lhes foram negados.

Agradeço também a minha namorada Sara Kémily por sempre estar comigo, me apoiando em minha formação.

Não poderia deixar de agradecer aos meus amigos e colegas de graduação, na qual ao longo desses quatro anos sempre estiveram comigo: Eduardo Reis, Maikon Vinicius Guedes, Marcos Vinicius Pinho, Rodrigo Delmondes, Gustavo Melo, Henrique Martins, Alickis Alexandra, Matheus Shimasaki, Jardel Farias, Lucas Tranjino, Stheffany Cristina, Tarcísio, Douglas Gomes, Ariel Sousa Dias, Leonardo Rodrigues.

## RESUMO

O presente trabalho analisa a percepção dos moradores da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem no município de Palmeiras do Tocantins (TO), em relação aos efeitos provocados pela Usina Hidrelétrica de Estreito (UHEE) localizada no estado do Maranhão, com ênfase nos processos de Desterritorialização e Reterritorialização, que essa comunidade vem enfrentando desde a instalação da barragem. Buscando evidenciar como a população acampada tem enfrentado esses efeitos e as consequências que ocasionou aos seus modos de vida. O estudo se realizou a partir da pesquisa qualitativa, com uso da observação participante, diários de campo e entrevistas exploratórias. Diante disso, evidenciou que essa comunidade mesmo após anos da construção da UHEE ainda continua a sofrer com efeitos que lhes são provocados, tais como os conflitos pela terra, alteração no modo de vida ribeirinho e efeitos drásticos na produção do pescado, atingindo as suas atividades culturais. Através disso, a luta pela terra e território, a resistência em ocupar um lugar ribeirinho e a reivindicação da população acampada destacam trajetórias de afetividade com o lugar que ultrapassam o sentido geográfico da ocupação, evidenciando histórias de vida que rememoram o território alagado.

**Palavras-Chave:** Acampamento Coragem; Território; Usina Hidrelétrica de Estreito; Rio Tocantins.

## ABSTRACT

The following work analyzes the residents' perception of the riverine community of Acampamento Coragem in Palmeiras do Tocantins (TO) municipality related to the effect provoked by the Estreito Hydroelectric Plant (UHEE), which is located in Maranhão State. It emphasizes the processes of deterritorialization and reterritorialization that the community is confronting since the installation of that plant, trying to evidence how the population has confronted those effects and the consequences occasioned to its ways of life. This study was made through qualitative inquiry, participant observation, field reports, and exploratory interviews. In that way, it is evidenced that after some years of the UHEE construction, the community still suffers the effects provoked as well as the conflicts by the land, the alteration of its riverine daily life and the drastic effects in the fish production that attain its cultural activities. Thereby, the struggle by the land and territory, resistance to occupying a riverine place, and the revindication of the camped population point out some affectivity trajectories with the place that exceeds the geographic sense of the occupation. This evidences the histories of life that rememorate the flooded territory.

**Key-words:** Acampamento Coragem; Territory; Estreito Hydroelectric Plant; Tocantins River.

## **LISTA DE MAPAS**

MAPA 1- Localização do Acampamento Coragem.....	26
---	----

## **LISTA DE FOTOGRAFIAS**

Fotografia 1- Preparação da roça de toco.....	23
Fotografia 2- Roça de mandioca.....	23
Fotografia 3- Barracão do Acampamento Coragem.....	40
Fotografia 4- Plantação de Abacaxi.....	41
Fotografia 5- Couve-flôr.....	41
Fotografia 6- Criação de porcos.....	42
Fotografia 7- Cercado das Galinhas.....	42
Fotografia 8- O Reservatório da UHEE Próximo ao Acampamento Coragem.....	45

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ANEEL-** Agência Nacional de Energia Elétrica

**APP-** Área de Preservação Permanente

**BNCC-** Base Nacional Comum Curricular

**CESTE-** Consórcio Estreito Energia

**EIA/RIMA-** Estudo de Impacto Ambiental e do Respectivo Relatório de Impacto Ambiental

**IBAMA-** Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

**MA-** Maranhão

**MAB-** Movimento dos Atingidos por Barragens

**MMA-** Ministério de Meio Ambiente

**OMS-** Organização Mundial da Saúde

**PIBIC-** Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

**TO-** Tocantins

**TDR-** Territorialização, Desterritorialização, Reterritorialização.

**UFT-** Universidade Federal do Tocantins

**UHEE-** Usina Hidrelétrica de Estreito

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2 A USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO E OS IMPACTOS AOS ATINGIDOS</b>	<b>17</b>
2.1 Usina Hidrelétrica de Estreito: breve histórico .....	17
2.2 O Licenciamento Ambiental da UHEE e as Implicações na Ocupação do Território .....	19
2.3 O Acampamento Coragem e os Embates com o CESTE .....	25
<b>3 A DESTERRITORIALIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS</b>	<b>32</b>
3.1 A Desterritorialização e os Efeitos da UHEE .....	32
3.2 A Busca pela Reterritorialização .....	35
3.3 A Fixação de Novas Territorialidades .....	37
<b>4 ACAMPAMENTO CORAGEM E AS MODIFICAÇÕES NA VIDA RIBEIRINHA</b>	<b>40</b>
4.1 A Formação da Comunidade .....	40
4.2 As alterações na vida ribeirinha .....	45
4.3 Os efeitos da UHEE no Acampamento Coragem .....	48
<b>5 AS COMUNIDADES RIBEIRINHAS E A RELAÇÃO COM O ENSINO DE GEOGRAFIA</b>	<b>53</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>57</b>
<b>7 REFERÊNCIAS</b>	<b>59</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Usina Hidrelétrica de Estreito (UHEE) está localizada entre os limites municipais de Estreito (MA) e Aguiarnópolis (TO), na divisa dos estados do Maranhão e Tocantins, a sua construção teve início em 5 de fevereiro de 2007, sendo um projeto com proposta de trazer um desenvolvimento econômico para o sul do Maranhão e a parte norte do estado do Tocantins, sendo operada pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE) responsável por gerenciar o empreendimento.

O Acampamento Coragem está localizado no município de Palmeiras do Tocantins (TO), ficando a aproximadamente 13 km do município de Estreito (MA), onde a UHEE está instalada. A ocupação deste território é formada por pescadores/as e ribeirinhos/as que desde outubro de 2015 ocupam esta terra que é posse do CESTE, administrador do empreendimento e que disputa judicialmente a terra com os moradores/as da comunidade. Essa população é atingida pela UHEE, sendo a sua maioria associados à colônia de pescadores Z37 <sup>1</sup>da cidade de Estreito, com a vinda da barragem e dos efeitos <sup>2</sup>causados por ela, passaram a migrar para este acampamento, em busca de reivindicação dos direitos que foram violados e procuram formas de continuar exercendo seus modos de vida profissionais e culturais.

As populações atingidas sofrerem compulsoriamente com a construção desses empreendimentos, dentro dessa perspectiva, definimos o tema desse estudo como “A Comunidade Ribeirinhas do Acampamento Coragem e os efeitos da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA)”, tendo como problemática a seguinte questão: Quais as percepções dos moradores do Acampamento Coragem em relação aos processos de Desterritorialização e Reterritorialização da barragem de Estreito?

Diante disso, o objetivo geral deste trabalho é analisar a percepção dos moradores do Acampamento Coragem em relação aos efeitos da Desterritorialização e Reterritorialização causados pela UHEE entre os anos de 2007 a 2020. Os objetivos específicos são: analisar os efeitos provocados pela construção da UHEE ao Acampamento Coragem; identificar como os

---

<sup>1</sup> Segundo Machado (2020) a colônia de pescadores Z37 situada na cidade de Estreito (MA), onde a maioria dos pescadores do acampamento são associados, devido serem residentes da cidade e acampavam às margens do rio Tocantins praticando suas atividades profissionais, e foram atingidos pelo reservatório da barragem, consequentemente tiveram que migrar para outros lugares, e atualmente ocupam um território no município de Palmeiras do Tocantins para continuar com suas práticas culturais

<sup>2</sup> Braga e Silva (2011) e Sieben (2012) definem o termo efeito como sendo algo mais abrangente e duradouro que se aplica nas modificações drásticas e radicais a vida ribeirinhas pelas construções de usinas hidrelétricas, enquanto o termo impacto seria algo mais específico para situações imediatas.

acampados enfrentaram os processos de Desterritorialização e Reterritorialização causados pela barragem e compreender as alterações nos modos de vida da comunidade ribeirinha durante a implantação da usina e após sua construção.

A partir dos efeitos que as barragens ocasionam as comunidades, surgem algumas questões norteadoras que delimitam a problemática da pesquisa e que aguçam ainda mais o interesse e a importância de pesquisar sobre o devido tema, além de ser uma forma de dar visibilidade às comunidades atingidas por barragens e promover o debate sobre os direitos das populações atingidas:

- ❖ Por que as usinas hidrelétricas mesmo após sua construção continuam impactando a vida de comunidades tradicionais?
- ❖ Como o processo de Desterritorialização modifica o modo de viver das comunidades tradicionais que viviam às margens dos rios?
- ❖ Quais os embates enfrentados pelas comunidades atingidas por barragens na busca pela Reterritorialização?

São questões que ao longo do trabalho buscamos responder da melhor forma possível, trazendo os debates de alguns autores que são essenciais quando se fala nos efeitos que as barragens causam as comunidades ribeirinhas, tais como Sieben (2012), Rocha (2016), Carvalho (2018) e Machado (2020), que abordam e discutem o campo de estudo de comunidades afetadas por usinas hidrelétricas e os efeitos que foram causados a essas comunidades diante dos processos de Desterritorialização e Reterritorialização. A partir desses, foram feitas novas discussões neste trabalho, trazendo o debate em relação aos embates da comunidade do Acampamento Coragem sobre a barragem de Estreito, acerca do que já foi proposto em várias pesquisas nessa área.

Essa pesquisa é fruto da minha participação como bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) que finalizei no ano 2020, no qual pesquisei sobre a Comunidade Ribeirinha do Acampamento Coragem, com objetivo de descrever o processo de formação da comunidade e analisar os principais impactos causados pela construção da UHEE, buscando evidenciar a percepção dos moradores da comunidade em relação aos embates enfrentados com a construção da usina e as formas como o empreendimento, mesmo após a sua construção, continua a impactar a vida das populações atingidas.

Através disso, a participação no PIBIC, possibilitou ter maiores indagações sobre a temática em estudo enquanto futuro professor de Geografia, devido aos campos que tive durante o período do programa e na disciplina de Geografia da População, que proporcionou ter contato tanto com UHEE, quanto com a comunidade do Acampamento Coragem,

permitindo que eu pudesse observar as diferentes percepções sobre o empreendimento, tanto a dos empreendedores como a dos atingidos. Nos campos na comunidade foram realizadas conversas com os/as moradores/as, sobre seu início, a formação da comunidade, suas histórias de vida, os embates que enfrentam em busca dos direitos que foram negados, a busca pela reterritorialização, e principalmente em meio a tantas dificuldades, os impasses com a justiça e os empreendedores, que persistem há seis anos na conquista deste território.

A pesquisa justifica-se, pois se torna fundamental ao licenciando em Geografia, uma vez que, proporciona um olhar crítico à construção de novas usinas hidrelétricas, além de permitir um debate acerca dos efeitos e embates sofridos pelas comunidades ribeirinhas, causando perda do território pela desterritorialização, os movimentos compulsórios por barragens, pois elas causam efeitos desastrosos a muitas pessoas, principalmente as comunidades que vivem às margens dos rios.

Tendo em vista que esse tipo de pesquisa na área de ciências humanas é de suma importância, pois nos auxilia a ter uma reflexão crítica e construtiva acerca de como as instalações de grandes empreendimentos tem causado uma imensa gama de efeitos e conflitos as comunidades tradicionais, essa pesquisa é imprescindível para o pensamento crítico de todos os indivíduos, dado o fato que, nós somos sujeitos de uma sociedade que a cada dia preocupa-se com o acúmulo do lucro, pautados na agressão ilícita dos recursos naturais.

A pesquisa iniciou-se com levantamentos bibliográficos, tendo como base leitura de artigos, livros, monografia, dissertações e teses que abordam temáticas relacionadas ao processo de Territorialização, Desterritorialização, Reterritorialização (TDR), como também trago o debate a partir das categorias de território, cultura e identidade. Assim como, análises de obras e documentos que destacam a implantação e efeitos das Usinas Hidrelétricas no Brasil e no mundo, tratando especificamente do caso da UHEE e os efeitos provocados na comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem.

Utilizamos como metodologia a pesquisa qualitativa, pois a mesma nos favorece entender esses fenômenos sociais e se aprofundar nas ações das relações humanas, com base nos pressupostos de Minayo (1994):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, como um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ele trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo nas relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p.21).

Diante disso, a pesquisa qualitativa melhor se apropria da compreensão dos fenômenos sociais, por isso, buscamos analisar a percepção da comunidade ribeirinha e a realidade social vivenciada por essa população, tendo em vista que os fenômenos sociais não se quantificam, com isso, a pesquisa qualitativa se aprofunda nas análises sobre as ações e relações humanas, conforme enfatizamos neste trabalho.

Utilizou-se do trabalho de campo como um dos métodos de pesquisa que nos auxiliou nas observações em torno da comunidade e do contato com algumas famílias. Dessa forma, foi possível conhecer parte do acampamento e vivenciar previamente a realidade dos ribeirinhos, dado o fato que o “[...] trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade do presente campo”. (CRUZ NETO, 1994, p.51).

Através disso, conseguimos conhecer a localização da área de estudo e participar do cotidiano das famílias acampadas, realizando algumas conversas com os moradores, buscando entender seus modos de vida e o que a barragem com a vinda do reservatório causou às suas práticas culturais, antes e depois de sua construção, dando ênfase na produtividade nas roças de vazante e atividade pesqueira.

Como técnica de pesquisa, utilizamos entrevistas exploratórias, seguindo os pressupostos de Thompson (1992), que define essa técnica como a forma do pesquisador obter melhor conhecimento sobre o campo pesquisado. As entrevistas com as 7 famílias ocorreram através de conversas informais com os moradores da comunidade e participação nas reuniões e encontros que acompanhamos no decorrer da pesquisa.

Por meio das entrevistas obtivemos os dados necessários que nos auxiliaram a chegar aos objetivos propostos nesta pesquisa, e conseqüentemente compreendermos a percepção dos moradores da comunidade diante dos embates enfrentados pela construção da barragem, e entender o processo de desterritorialização, reterritorialização, alteração dos seus modos de vida e como mesmo após a instalação da barragem os efeitos às comunidades ribeirinhas se intensificaram.

Para aprofundamento acerca do campo pesquisado fez-se uso da observação participante.

[...] *observação participante* se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados (CRUZ NETO, 1994, P. 59).

Nesse sentido, adentrei ao acampamento realizando observações a fim de entender o cotidiano dos moradores da comunidade, as vivências dos acampados, as dificuldades e desafios enfrentados em suas atividades de pesca, nas plantações, nas roças de tocos e a locomoção dentro do acampamento. Dessa forma, a observação participante e o uso dos diários de campo construíram-se a partir do campo colhido no decorrer desse estudo.

É importante destacar que em decorrência da COVID- 19 e dos protocolos de isolamento social estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS), todos os dados presentes nesse estudo foram colhidos antes do período pandêmico, quando realizamos nossa pesquisa do PIBIC, para que não houvesse nenhum risco de contaminação aos moradores da comunidade, como também não disseminar o vírus que ainda encontra-se em processo de controle e busca de imunização, através da vacinação em massa da população.

O trabalho está dividido em 4 capítulos, no primeiro capítulo, levantamos a discussão sobre a Usina Hidrelétrica de Estreito e os efeitos que foram causados aos atingidos do Acampamento Coragem; apresentamos uma breve contextualização histórica da UHEE e a sua localização; as empresas que compõem o consórcio que gerencia o empreendimento; os municípios que a barragem afetou; o seu processo de construção até a sua finalização com o enchimento do reservatório; descrevemos sobre o processo de licenciamento ambiental; mostramos um estudo sobre o Impacto Ambiental e do Respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e as implicações na ocupação do território, além de trazer o debate sobre a comunidade do Acampamento Coragem, apresentando a localização da comunidade, a população que compõe e descrevendo os embates que a comunidade tem com o CESTE.

No segundo capítulo, adentramos a discussão da desterritorialização na construção de barragens, com ênfase na UHEE, esmiuçando sobre a desterritorialização e os efeitos provocados à comunidade do Acampamento Coragem, partindo da utilização da categoria geográfica território, para base de análise dos processos de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (TDR), processo estes que a comunidade sofreu desde o início da construção da barragem.

No terceiro capítulo relatamos sobre o Acampamento Coragem e as modificações na vida ribeirinha, destacando a formação da comunidade no território que hoje ocupam e como ela surgiu, quais os pressupostos da ocupação do território, porque escolheram aquele local, além de destacar a formação social e política na comunidade. Trazemos ainda o debate sobre os efeitos provocados pelo empreendimento no acampamento, tais como, inter rompimento da produção de vazantes e diminuição da produção pesqueira nos reservatórios e as alterações na

vida ribeirinha da comunidade, proveniente dos efeitos que a UHEE causou as suas atividades culturais.

No quarto capítulo relacionamos a pesquisa sobre a Comunidade Ribeirinha do Acampamento Coragem com o Ensino de Geografia na Educação Básica, usando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), através das orientações, competências e habilidades que são propostas no documento, destacando as formas que a temática pode ser trabalhada na sala de aula, nas séries do Ensino Fundamental e Médio.

Com isso, o presente trabalho busca trazer diante das análises sobre os efeitos irreversíveis que as barragens causam às comunidades atingidas, as alterações em seus modos de vida e a violação de seus direitos. Através disso, propõe-se promover o debate sobre os prejuízos que a construção de grandes empreendimentos causa às populações ribeirinhas, mesmo após anos de sua construção, como é o caso dos impactos da UHEE às populações situadas na região que o empreendimento abrange.

## 2 A USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO E OS IMPACTOS AOS ATINGIDOS

Neste capítulo trataremos brevemente sobre o histórico da construção da UHEE, elencando o processo de formação e negociação da instalação da usina na região. Abordaremos também sobre os desdobramentos que esses processos ocasionaram, assim como, o Licenciamento Ambiental que enfrentou uma série de embates nas suas formulações e como os pressupostos do levantamento dos estudos sobre os impactos ambientais que a barragem viria a causar, contribuíram para uma série de reflexões acerca de como o capital se apropria dos recursos naturais como instrumento de lucro. Por fim, apresentamos os embates que a comunidade ribeirinha tem enfrentado contra os empreendedores da usina e todas as reivindicações que os ribeirinhos enfrentam desde a vinda da barragem para a região.

### 2.1 Usina Hidrelétrica de Estreito: breve histórico

A UHEE está localizada entre a região sul do Maranhão e norte do Tocantins, no rio Tocantins, a sua construção teve início em 5 de fevereiro de 2007, sendo um projeto com proposta de trazer um desenvolvimento econômico para o sul do Maranhão e a parte norte do estado do Tocantins, ao gerar “energia limpa”<sup>3</sup> e, com isso, contribuir para o crescimento econômico do país (SANTIAGO, 2014). O empreendimento foi construído entre os municípios de Estreito (MA) e Aguiarnópolis (TO), sendo operada pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE) dirigente social e ambiental da operacionalização da usina, caracterizando-se pela confraria de empresas nacionais e multinacionais, no qual, são responsáveis pela administração da barragem: Engie do Brasil Energia (40,07%), Vale (30%), Alcoa (25,49%) e InterCement (4,44%).

A barragem inundou uma área de mais de 400 km<sup>2</sup>, causando uma série de impactos a muitos municípios localizados às margens do rio Tocantins, dentre eles se destacam 10 municípios no estado do Tocantins (Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins) e os município do estado do Maranhão, Estreito e Carolina, totalizando 12 municípios afetados pelo reservatório da barragem (MACHADO, 2020).

---

<sup>3</sup> Segundo Branco (2004, apud MACHADO, 2017, p. 19) as hidrelétricas se classificam por ser uma forma de gerar energia “limpa” por não produzir fumaça, monóxido de carbono, óxidos de nitrogênio ou de enxofre, como também não gerar resíduos radioativos. Entretanto, por causa do represamento de água durante o surgimento do lago, por não haverem desmatado a área a qual seria atingida, as árvores foram todas alagadas, com isso, passando por um processo de putrefação, o que acaba ocasionando em resíduos tóxicos a água, prejudicando no desenvolvimento da pesca.

Com o início das obras, trabalhadores de várias localidades vieram à cidade em busca de emprego na construção do empreendimento, no qual muito dinheiro foi investido. Machado (2017) destaca que no período de construção, a cidade de Estreito passou pelo fenômeno de crescimento da população, fato este devido à instalação de muitas pessoas de outras regiões, com isso, os números de roubos aumentaram, a marginalização, prostituição de menores, além do aumento massivo nos preços de aluguéis. Conseqüentemente, a cidade enfrentou impactos na qualidade de vida dos cidadãos e cidadãs.

No ano de 2010, as obras estavam quase todas concluídas, foi quando iniciaram o enchimento do reservatório, em dezembro de 2010 e finalizaram em maio de 2011 (SIEBEN, 2012), com a formação do lago, diversos territórios foram inundados, dentre eles, o território das comunidades ribeirinhas, em destaque os moradores do Acampamento Coragem que antes da barragem tinham suas territorialidades às margens do rio Tocantins, lugar que acampavam para praticar suas atividades de subsistências.

Após a formação do lago e conclusões das obras, a Usina de Estreito foi inaugurada em 17 de outubro de 2012 e motivo de comemoração para muitas pessoas, tanto políticos quanto empreendedores que gerenciam o empreendimento. Estiveram presentes na solenidade de inauguração [...] “o então Senador da República, João Ribeiro, que enalteceu a implantação da UHEE e afirmou que o empreendimento seria o ápice para a região Nordeste do estado” (CARVALHO, 2018, p. 84).

Dentro deste cenário, observa-se que desde o início da construção da UHEE, os discursos produzidos pelos empreendedores e pelo Estado seriam de que o empreendimento proporciona o desenvolvimento econômico do Estado e da região nordeste, conforme elencado pelo senador em seu discurso na inauguração da barragem. Entretanto, cabe mencionar os impactos causados pela construção do empreendimento, como é de destaque desta pesquisa, as comunidades atingidas pela UHEE perderam seus territórios, enfrentando os processos de desterritorialização e conseqüentemente lutando pela reterritorialização. A comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem enfrenta os efeitos desde a vinda do empreendimento para região e até o presente momento reivindicam os direitos que foram violados pelos empreendedores.

Portanto, conforme foi mencionada, a instalação da UHEE em seu processo histórico de formação enfrenta uma série de debates a serem elencados em seu período de instalação, em destaque os interesses políticos e econômicos prometidos para a região, que seria palco do “progresso”, trazendo o almejado desenvolvimento para onde a usina se instalasse. Sobre essas discussões, abordaremos no tópico a seguir, em que será tratado especificamente o

Estudo do Impacto Ambiental e do Respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), assim como, todas as questões que nortearam a instalação da usina.

## **2.2 O Licenciamento Ambiental da UHEE e as Implicações na Ocupação do Território**

O licenciamento ambiental iniciou-se no ano 2000 com solicitação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) para estudos prévios e elaboração de plano de estudo sobre os possíveis impactos ambientais que seriam provocados pela barragem, esse estudo denominado de Estudo de Impacto Ambiental e do Respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) “elaborado pela empresa de consultoria CNEC engenharia S. A<sup>4</sup>” (ALMEIDA, 2007, p.12). Nesse mesmo período, houve o pedido de protocolamento para que posteriormente ocorresse a aquisição do empreendimento pelo CESTE em leilão.

Em 2002 o CESTE protocolou o EIA/RIMA junto ao IBAMA, para que o processo de empreendimento desse prosseguimento as próximas etapas, nesse mesmo ano, ocorreu o leilão do empreendimento no Rio de Janeiro junto a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), no qual as empresas que constituem o CESTE venceram o leilão e adquiriram o direito de gerenciar as obras do empreendimento (PEREIRA, 2015).

Em seus estudos Sieben (2012) e Pereira (2015) destacam que após a licitação do empreendimento ocorreram várias audiências públicas nos municípios que seriam afetados pela UHEE, com participação de algumas comunidades ribeirinhas que seriam afetadas, nas audiências levantou-se muitas polêmicas, pois, essas populações, dentre elas as comunidades ribeirinhas não entendiam o porquê um empreendimento daquele porte iria ser instalado na região, muitas dúvidas foram geradas, tiveram que conviver com o medo e ameaças de despejo dos seus territórios visto que o reservatório da barragem iria alagar tudo.

Em 2003, com a análise do estudo realizada pelo IBAMA constatou-se que havia muitas irregularidades e então foram solicitadas informações complementares para que a licença de instalação fosse concebida para construção da barragem, Pereira (2015) destaca sobre a solicitação do Ministério Público Federal que sugeriu junto ao IBAMA que fizessem estudos complementares na construção do empreendimento, e que foram encontrados 16 itens que tornam precária a licença prévia.

---

<sup>4</sup> A CNEC Engenharia é uma empresa de consultoria de propriedade do grupo Camargo Corrêa que foi contratada pelo Consórcio Estreito Energia para realização dos estudos de impacto do empreendimento. (ALMEIDA, 2007, p.12).

[...] um resumo das autuações realizadas pelo órgão: descumprimentos de condicionantes, relatórios/informações falsos, descumprimentos de prazos, dano a área de preservação permanente, extração mineral sem licença, coleta de fauna sem autorização, dentre outras ações contrárias a legislação ambiental, provocando prejuízos ao meio ambiente e principalmente a população da região atingida pelo empreendimento (PEREIRA, 2015, p. 65).

Mesmo com todas as irregularidades encontradas no EIA/RIMA, o licenciamento ambiental foi concebido entre os anos de 2006 e 2007, sendo responsabilidade do Ministério de Meio Ambiente (MMA) e o IBAMA devido tal empreendimento ser construídos entre os estados do Maranhão e Tocantins, respectivamente nas cidades de Estreito e Aguiarnópolis.

Em sua dissertação, Jaciene Pereira (2015, p.52) destaca que “O Licenciamento Ambiental é uma ferramenta importante no processo, pois garante o uso sustentado dos recursos naturais [...]”. Nesse sentido, percebemos que o licenciamento tem uma visão de preservação dos recursos naturais serão utilizados, no caso da água, mas com a construção da UHEE esse uso não é respeitado, visto que, desde o início das construções do empreendimento, até o presente momento, são observáveis os efeitos irreversíveis causados, principalmente as comunidades ribeirinhas.

Todos esses processos de licenciamento são divididos em três momentos: o primeiro a licença prévia:

[...] concedida na fase inicial do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando sua viabilidade ambiental depois da realização dos Estudos de Impacto Ambiental - EIA (diagnóstico da área de influência direta e indireta do empreendimento, que envolve a identificação, classificação e análise dos impactos, previsão de efeitos, valoração monetária dos recursos ambientais e etc) e o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA (reflete todas as conclusões apresentadas no EIA, só que de forma objetiva e compreensível por todo tipo de público, ilustrado com recursos de comunicação visual como mapas, fotos, figuras, quadros e etc.. concluindo se o projeto é ou não nocivo ao meio ambiente e em que grau) (PEREIRA, 2015, p. 53).

Esse primeiro estudo é realizado antes da construção da barragem, trata-se de uma investigação que tem por objetivo analisar os impactos que serão causados nas localizações onde se instalará o empreendimento, através disso, irá se comprovar se a licença para a instalação de um empreendimento desse porte é viável ou não. No segundo momento o licenciamento de instalação prever:

[...] Licença de Instalação: autoriza o início da implantação de acordo com as especificações do Projeto Básico Ambiental (PBA) aprovadas. Trata-se de um projeto executivo solicitado pelo órgão ambiental competente que reúne em

programas específicos todas as ações e medidas compensatórias e minimizadoras dos impactos negativos prognosticados pelo EIA/RIMA e que deverão ser implementados e/ou efetivados por equipe multidisciplinar de profissionais para garantir a viabilidade ambiental do empreendimento (PEREIRA, 2015, p. 54).

A partir do momento da autorização da licença, o processo de instalação da usina pode ocorrer, esse processo iniciou-se em 2007, com as obras da Usina de Estreito e licença concedida pelo IBAMA, órgão responsável pela aprovação do licenciamento ambiental que constatou a viabilidade da instalação do empreendimento na região.

O terceiro momento é a licença de operação que se iniciou no ano de 2010 com o início do enchimento do reservatório.

[...] autoriza, após as verificações necessárias, a eficácia (grau com que os objetivos dos programas ambientais foram alcançados num determinado período de tempo) e efetividade (medida de impacto dos programas, relação entre resultados e objetivos) de todos os programas do PBA, o início da atividade e o funcionamento de seus equipamentos, de acordo com o previsto nas licenças prévias e de instalação (PEREIRA, 2015, p. 54).

Nessa perspectiva, a licença de operação ocorre antes do fechamento da barragem, pois esse documento autoriza o início do enchimento do reservatório, fechamento das comportas e posteriormente a produção de energia por fios de água.

Almeida (2007), Sieben (2012) e Pereira (2015) em suas pesquisas analisaram sobre o licenciamento ambiental da UHEE e as implicações provocadas por irregularidades encontradas, mesmo assim, houve a construção da barragem que afeta diretamente muitas comunidades tradicionais às margens do rio Tocantins, atingindo desde as atividades culturais, como a produção de vazantes e a pesca. Além disso, há um grande destaque na mortalidade de peixes, causada pela implantação da usina. Fato este que se difere de qualquer pressuposto de licenciamento e produção sustentável.

Com base nesses pressupostos, podemos observar como os recursos naturais são utilizados de forma equivocada, como destacado nos estudos ambientais, a construção de barragens parte dos pressupostos do uso na natureza como trunfo para o poder, em destaque a água sendo utilizada como jazida de megawatts.

Raffestin (1993, p. 231) destaca que “A água constitui o outro fator fundamental [...] Sendo um recurso renovável, indispensável à vida, a água deve ser objeto de uma gestão e de um controle muito atento”. Conforme o autor e como bem sabemos, a água é um bem indispensável para a manutenção humana e sobrevivência na terra, sendo um recurso indispensável à vida, entretanto, no contexto da construção de barragens, observamos a má

exploração desse recurso, sendo os rios utilizados como mercantilização da natureza, buscando unicamente gerar energia através de seu barramento o que causa uma série de impactos a esse bem natural.

Nas abordagens de Raffestin (1993) sobre os recursos renováveis sendo utilizados como trunfos para o poder, não só a água, mas também a terra é utilizada para essa finalidade.

O solo cultivável é, então, o primeiro recurso renovável a ser preservado. A relação de produção com a terra pode, é claro, ser simétrica ou dissimétrica, dependendo da mobilização ou não das técnicas de preservação. Mas quase sempre, senão sempre, essa relação de produção só é dissimétrica porque é sustentada por uma relação de propriedade, por si mesma dissimétrica. É o caráter de trunfo da terra que se manifesta então plenamente (RAFFESTIN, 1993, p. 230).

Diante disso, observa-se que a terra também é utilizada como trunfos do poder, como destacado pelo autor, os empreendedores empregam através da utilização dos recursos disponíveis como a água e o solo, sendo dois recursos que a comunidade do Acampamento Coragem utilizam para praticar suas atividades culturais, construindo laços de afetividade e subsistência. Marcados atualmente por disputas judiciais pelo território, para continuar em defesa aos seus modos de vida como forma de reivindicar seus direitos negados (MACHADO, 2020).

Uma das reivindicações e direitos que lhes foram retiradas é a proibição de produzir nas vazantes as margens do reservatório, devido às Áreas de Preservação Permanente (APP) que os impedem de utilizar 100m<sup>2</sup> acima da margem do lago. Antes da vinda do reservatório a comunidade utilizava a margem do rio para montar seus acampamentos e produzir suas vazantes, período em que o nível do rio baixava e a terra era fértil, pois nela ficavam muitos sedimentos e minerais que contribuem para a fartura em suas produções de hortaliças, vegetais e legumes.

Em destaque encontram-se os moradores do Acampamento Coragem, que em decorrência da Área de Preservação Permanente (APP) que são proibidos de fazer uso de 100m<sup>2</sup> à margem do rio, não podendo plantar ou utilizar a mesma com a penalidade de ser multado. Esse fator tem impedido que vazanteiros pudessem continuar a realizar sua atividade profissional, dado o fato que os mesmos plantavam a margem do rio no período de desnível, aproveitando da fertilidade do solo para o plantio de hortaliças, grãos, vegetais e frutas (MACHADO, 2019, p.6).

Muito se discute sobre as estratégias que o CESTE utiliza para dominar o espaço, dificultando a vida dos moradores e criando mecanismos a fim de conduzir à desistência na

luta pela terra, tendo como exemplo a demarcação das APP, que proíbe o uso da terra 100 metros acima da margem do reservatório, consequentemente impedindo-os de realizarem suas atividades de vazante. Dentre as histórias de vida, os acampados destacam que a APP foi um dos principais prejuízos executados pelo CESTE, impactando diretamente suas vivências.

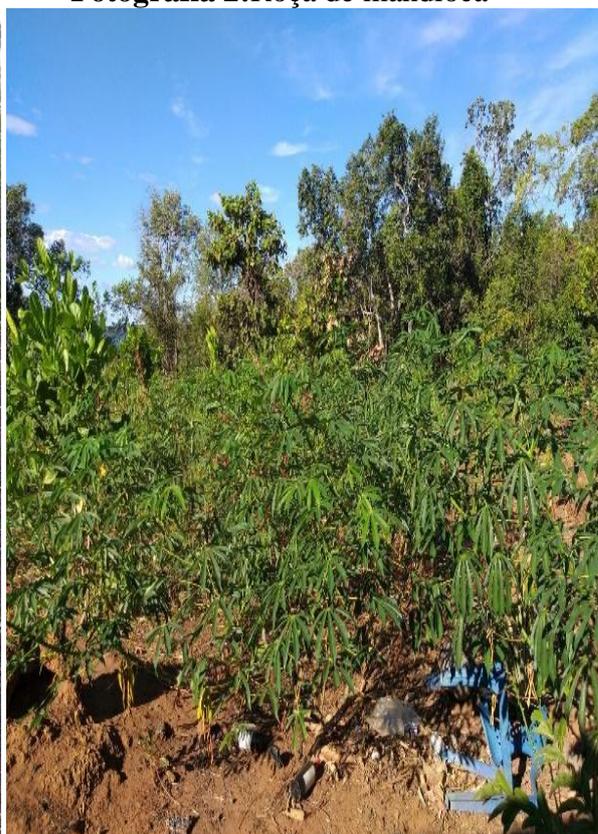
Devido à proibição de produzir nas vazantes, a comunidade do Acampamento Coragem buscou alternativas de continuar plantando e cultivando em seus lotes, como as roças de tocos (fotografias 1-2), no entanto, a terra nessa região é caracterizada como cerrado, que é pouco fértil. Desse modo, necessita-se de preparo do solo e como a maioria não tem condições de fazer esse preparo, a produção de legumes, hortaliças e vegetais caiu bastante, suprimindo apenas seus sustentos diários. Antes da barragem a produção era abundante e comercializada nas feiras municipais da cidade de Estreito e região, atualmente a produção não é suficiente, mesmo com todas as dificuldades, a comunidade continua resistindo e praticando suas atividades de subsistências.

**Fotografia 1:**Preparação da roça de toco



Fonte: Oliveira (Novembro/2018).

**Fotografia 2:**Roça de mandioca



Fonte: Machado (Novembro/2017).

Nas fotografias 1 e 2 exemplificamos uma das formas que a comunidade do Acampamento Coragem utiliza a terra para continuar exercendo uma de suas práticas

culturais, percebemos que nas fotografias a terra está sendo preparada para o plantio, foi derrubada e feita a queimada para em seguida ser feito o plantio, nas nossas visitas à comunidade, os relatos de cultivo que mais ouvimos, foi sobre o plantio de arroz, feijão, milho e mandioca, são os mais produzidos nas roças de toco, após processo de adubação. “Entretanto, cabe destacar a disparidade da produção de alimentos em comparação ao que era produzido em suas vazantes, que tinham solos férteis e maior diversidade de plantio” (OLIVEIRA; MACHADO; SIEBEN, 2021, p, 13).

A comunidade utiliza as roças de toco, tendo em vista que são proibidos de utilizar as margens do reservatório para produção de vazantes e construções de seus barracões devidos às demarcações das APP, além da dificuldade em mudar constantemente de barracão, devido a APP sempre demarcar o local onde eles construíam suas casas, as APP são vistas como um dos meios pelos quais o CESTE utiliza para ameaçar a ocupação no território. É muito contraditório sendo que na região tem muitos fazendeiros que fazem uso das margens do reservatório para plantio e construções de casas, entretanto não tem as demarcações em seus territórios, e não há a devida fiscalização nas terras dos fazendeiros como é feita no Acampamento Coragem.

Dentre as proibições do uso das APP, podemos relacionar com o Acampamento Ilha Verde localizado no município de Babaçulândia-TO, em seu trabalho Lucena (2020) descreve que o Ilha Verde sofreu ameaças de reintegração de posse, justamente porque o CESTE alegou que a comunidade ocupava a área de APP, lugar que eles tinham suas plantações e casas, foi um momento de muita indignação entre os moradores ao saberem que seriam expulsos dos seu território.

No Acampamento Ilha Verde, diferentemente do Acampamento Coragem não ocorreu a demarcação dessas áreas pelo CESTE determinadas judicialmente, vale destacar que o juiz responsável pelo processo de disputa da terra do Ilha Verde é da vara judicial de Filadélfia, dessa forma, não considerou o lado da comunidade, se realmente estavam plantando e morando no acampamento, determinando apenas que eles se retirassem da APP (LUCENA, 2020).

No acampamento Coragem, o juiz responsável pelo processo é da comarca de Tocantinópolis, que sempre considerou o lado da comunidade, que moravam e plantavam no território, dessa forma, o juiz determinou que eles construíssem seus barracões e plantassem a 100 m<sup>2</sup> acima da margem do lago. Em suas falas, os moradores do Coragem nos relataram que essa medição ocorreu três vezes e que recebiam visitas do CESTE constantemente no acampamento, para fiscalizar se os barracões estavam nas áreas de APP, se eles estavam

plantando e morando, essas visitas eram com intuito de colher dados para serem usados pelo CESTE contra a comunidade do Coragem na disputa pelo território.

Em uma de nossas visitas<sup>5</sup> à comunidade, os moradores relataram que seus barracos foram derrubados e outros já foram avisados por funcionários do CESTE que deveriam mudar os barracões para fora das áreas de APP.

Voltamos até as voadoras que tinha ficado no lago e fomos guiados por seu Antônio e seu João para a outra parte do acampamento, isso pela manhã, o primeiro barracão que visitamos foi da Dona Jaqueline e família, chegamos fomos bem recebidos e concordaram em conversar um pouco com nós acadêmicos, ela se apresentou disse que é pescadora com carteira e está no acampamento há 4 anos, ou seja, desde do início, fez um breve relato sobre o que sofreu e ainda sofre com a construção da barragem de Estreito, além de perder seu território às margens do rio ao qual montavam seus acampamentos para plantar nas vazantes e pesca, tiveram seus modos de vida modificados como sendo proibidos de produzir nas vazantes devido às Áreas de Preservação Permanente (APP), não podendo plantar nem construir seus barracos nesta área que o Consórcio Estreito Energia (CESTE) foi várias vezes fiscalizar (DIÁRIO DE CAMPO, 27/10/2018).

Na visita a campo e com base nas observações do diário de campo, pudemos ouvir através do relato da acampada, como o CESTE constantemente fiscalizava o território, e a forma como a demarcação da área de APP deixava a população apreensiva sobre o futuro deles na ocupação da terra. Com isso, percebe-se a discrepância social de um modelo energético que afeta muitas vidas durante e após sua construção, inclusive a comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem.

### **2.3 O Acampamento Coragem e os Embates com o CESTE**

O Acampamento Coragem está localizado no município de Palmeiras do Tocantins (TO) ao norte do estado do Tocantins, ficando à aproximadamente 13 km do município de Estreito (MA) no sul do estado, onde a UHEE está instalada. O acampamento surgiu por volta de outubro de 2015, por um grupo de pescadores e vazanteiros que foram afetados pela construção da barragem. A ocupação se dar por meio da reivindicação do seu modo de vida ribeirinho e direito violado. As questões de formação da comunidade, pressuposto de

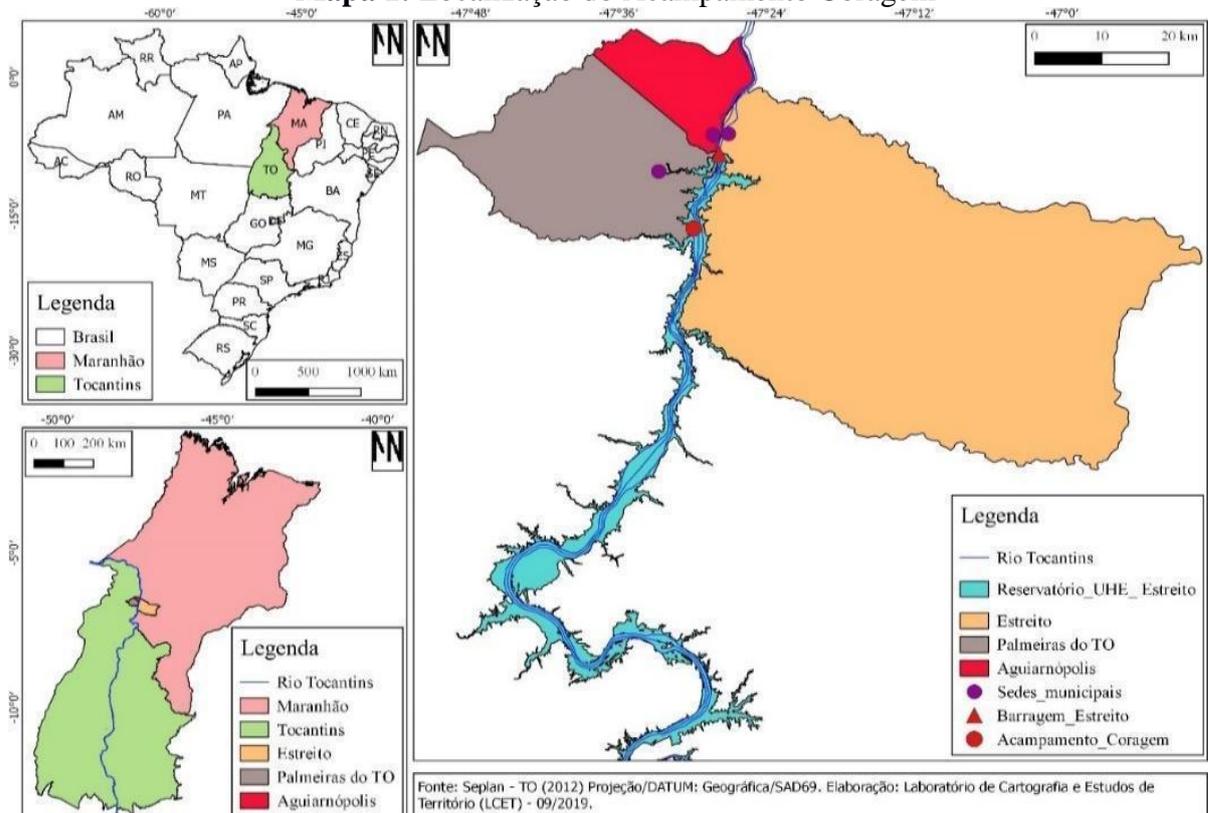
---

<sup>5</sup> O meu primeiro contato com a comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem ocorreu no dia 27 de outubro de 2018 em um trabalho de campo das disciplinas de Geografia da População (ministrado pelo professor Dr. Airton Sieben) e Hidrografia (ministrada pelo professor Dr. Vinicius) do curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins- Campus Araguaína (UFT), o campo foi guiado pelo aluno do mestrado no Programa de Pós-Graduação Estudo de Cultura e Território (PPGCULT/UFT), Layson Mota Machado, ele que conhece bem a comunidade do acampamento a ser visitado pelo fato de sua pesquisa de mestrado ser sobre a comunidade.

ocupação, assim como a formação política e social da comunidade será abordada no capítulo 4, onde trataremos com mais ênfase todas essas questões que são de grande importância nesse trabalho.

Segundo o mapa 1, o acampamento está localizado no município vizinho à cidade no qual a sede da barragem se instalou. Observa-se que esse território perpassa à beira do reservatório da UHEE e classifica-se como uma terra que é de posse dos empreendedores da usina, neste caso, o CESTE.

**Mapa 1: Localização do Acampamento Coragem**



Fonte: SEPLAN- TO (2012) Elaboração: Lab. Cart. Est. Território (LCET) (09/2019).

O mapa mostra a localização da área de estudo, sendo o município de Palmeiras do Tocantins (TO) adjacente à cidade em que o empreendimento foi instalado e próximo à barragem de Estreito, onde é possível destacar a comunidade pesquisada.

Dentre os grupos atingidos pela UHEE destacam-se os moradores da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, composta por 36 famílias, tendo aproximadamente 100 moradores, dentre eles, pescadores/as e vazanteiros/as, antes do surgimento do Acampamento Coragem eles montavam acampamentos às margens do rio Tocantins, em terras de posse de fazendeiros que cediam as terras às margens do rio para que os/as pescadores/as e ribeirinhos/as realizassem suas atividades profissionais.

A apropriação da terra tem sido um dos embates enfrentados pela comunidade, devido estarem em disputa judicial com o CESTE pela posse do território onde vivem atualmente. No território eles buscam resistir em meio às ameaças de despejo e perda da terra que tanto lutam desde 2015. Machado (2020), afirma em seu trabalho, que além dos embates com o CESTE a comunidade tem atrito com o fazendeiro vizinho que não colabora com a reivindicação da comunidade de apropriação da terra.

[...] com base nas observações *in loco*, o fazendeiro tem o interesse pela terra em que hoje se situa o Acampamento. Caso os acampados venham a perder a disputa, o CESTE venderia a terra para o então fazendeiro vizinho. Portanto, a dominação do espaço e resistência em permitir o acesso dos acampados à cidade de Palmeiras do Tocantins explica-se por questões de apropriação da terra (MACHADO, 2020, p.31).

Atualmente a terra ainda encontra-se em disputa, o fazendeiro não pode comprá-la do CESTE, a comunidade continua resistindo e ocupando a terra como forma de continuar exercendo suas práticas culturais, mesmo que não seja como antes da barragem, com a queda da produção do pescado e impedidos de produzir vazantes, permanecem na terra, pois, a comunidade se denomina ribeirinha, Machado (2020) ressalta na narrativa de um morador da comunidade o porquê se denominam ribeirinhos<sup>6</sup>:

[...] o pescador enfatizou que “A beira do rio é o nosso lugar, porque nós somos ribeirinhos” [...] a relação afetiva que os pescadores têm com o rio ocorre através de suas experiências com a pesca. Na fala do pescador, o lugar rememorado associa-se à beira do rio, pelo fato de que ele vive culturalmente às margens do rio pescando, instala-se em acampamentos para que, quando retornar da pesca, possa ter um lugar para o repouso e manutenção do pescado (MACHADO, 2020, p 85-86).

Essa denominação de ribeirinho está extremamente ligada aos sentidos e significados que o rio e a terra têm sobre as suas vivências, em suas narrativas, os acampados destacam que não conseguem viver de outro modo, que não seja pescando, plantando e criando seus animais, como galinhas e porcos, além do sentido de lugar e da memória que eles têm com antigo território, esta denominação é o que dá sentido a ocupação às margens do reservatório para continuar com as práticas ribeirinhas.

---

<sup>6</sup> Os ribeirinhos, seres humanos instalados às margens dos rios, desenvolvem permanentemente uma estreita relação com o ambiente, a qual se manifesta numa intensa interação. Isso pode ser revelado em diversos aspectos do cotidiano em relação à conservação do solo, da água, da fauna e da flora que caracterizam a condição sociocultural das comunidades tradicionais. (Guarin, 2000, p. 13)

Muitos debates surgem sobre os direitos e violações causados aos atingidos pelos grandes empreendimentos, como exemplo da barragem de Estreito que afetou muitas comunidades que viviam no percurso do rio Tocantins. A discussão é de suma importância quando falamos sobre o reconhecimento, legitimação e respeito às populações atingidas por barragem e a gama de efeitos que lhe são causados.

[...] a noção de atingido diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se legitimação, de direitos e de seus detentores. Em outras palavras, estabelecer que determinado grupo social, família, ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo- e, em alguns casos, como legal- seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária. Isto explica que a abrangência do conceito seja, ela mesma, objeto de uma disputa (VAINER, 2003, p.1)

Nesse contexto, o autor chama atenção para que os atingidos por barragem possam ter seu reconhecimento, pois são comunidades que sofrem muito com esses grandes empreendimentos que modificam de certa forma seus modos de vida em detrimento de sua instalação.

Vainer (2003) discute em um dos seus trabalhos, quando descreve sobre concepção territorial patrimonialista, que na visão dos empreendedores só é atingido àquele que detém posse legal da terra que foi alagada. Neste caso, os fazendeiros que cediam as terras para os pescadores e vazanteiros do Acampamento Coragem para praticar suas atividades, onde os fazendeiros foram indenizados e recompensados pelos danos e a comunidade não recebeu indenizações pelos efeitos que foram causados e até hoje lutam pelos seus direitos violados.

Vainer (2003, p. 3) ainda trabalha com a concepção hídrica “[...] que identifica o atingido e inundado. Mesmo quando reconhece os não proprietários - isto é, os ocupantes”. Esse contexto está relacionado aos movimentos compulsórios resultantes do reservatório da barragem que inundou seus territórios e os moradores foram forçados a se retirar e migrar para outros lugares, inclusive para o meio urbano. Foi o que ocorreu com a comunidade do Acampamento Coragem que teve seu território alagado e migraram para outros locais.

Nos trabalhos de Carvalho (2018) e Machado (2020), os autores descrevem como esse empreendimento impactou muitas famílias, segundo dados EIA/RIMA cerca de mil e vinte (1.020) famílias foram desterritorializada pela construção da barragem, mas esses números não chegam nem perto da estimativa que o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) identificou em seus estudos, cerca de cinco mil (5.000) famílias foram deslocadas compulsoriamente pela UHEE.

Percebe-se que o empreendimento nessa região causou efeitos drásticos as comunidades tradicionais que continuam recebendo ameaças e tendo seus direitos violados, e passando por conflitos territoriais, tudo isso em busca de uma melhor qualidade de vida, todos esses fatores ocorrem com os moradores do Acampamento Coragem.

Diante disso, os Movimentos dos Atingidos por Barragem (MAB), debatem e lutam pelos direitos dos atingidos, o movimento é um dos precursores através de sua militância acerca das lutas e resistência para obtenção dos seus direitos, dessa forma destaco 16 direitos que foram violados as comunidades atingidas:

1. Direito à informação e à participação;
2. Direito à liberdade de reunião, associação e expressão;
3. Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida;
4. Direito à moradia adequada;
5. Direito à educação;
6. Direito a um ambiente saudável e à saúde;
7. Direito à melhoria contínua nas condições de vida;
8. Direito à plena reparação de perdas;
9. Direitos à justa negociação, tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados;
10. Direito de ir e vir;
11. Direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais;
12. Direito dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais;
13. Direito de grupos vulneráveis à proteção especial;
14. Direito de acesso à justiça e à razoável duração do processo judicial;
15. Direito à reparação por perdas passadas;
16. Direito de proteção à família e aos laços de solidariedade social ou comunitária. (MAB, 2015, p. 07-08).

O MAB tem contribuído junto às comunidades atingidas por barragens, lutando pelos direitos violados, como o direito a terra e à indenização, dentre outros. O objetivo do movimento é articular e mobilizar ações que reivindicam as terras que foram atingidas por usinas, desempenhando dessa forma um papel muito importante para a comunidade.

A luta do movimento é para conseguir um modelo de produção que não negligencie essas comunidades, dessa forma, mobiliza meios de desenvolvimento que valorizem as especificidades das comunidades localizadas às margens de rios. Sendo assim, Zen (2007,

p.74) destaca que: [...] “O MAB reafirma o compromisso de lutar contra um modelo capitalista neoliberal e ergue a bandeira da construção de um novo modelo energético dentro de um projeto popular no Brasil”. Nas comunidades ribeirinhas localizadas às margens do rio Tocantins, impactadas por usinas hidrelétricas, há um modelo de produção que só atende à ótica capitalista.

No Acampamento Coragem, situado nas proximidades da UHEE, observamos a discrepância social existente, uma vez que a comunidade impactada por esse megaempreendimento não detém de serviços básicos garantidos por lei, dentre esses elementos básicos a comunidade não possui escolas, saneamento básico e posto de saúde, para ter acesso a esses serviços, precisam se deslocar até a cidade, outro ponto que eles relatam é que os fazendeiros que se localizam próximo ao acampamento os impedem de trafegar pelas suas fazendas, são fatores que contribuem para os moradores ocuparem apenas os finais de semana no acampamento e migrarem para as zonas urbanas em busca de melhor qualidade de vida.

Nas primeiras visitas ao acampamento em 2018 questionamos quantas famílias ocupavam a terra, eles responderam que cerca de 40 famílias, já em 2019 na nossa segunda visita, voltamos a perguntar e disseram que apenas 13 famílias estavam ocupando de forma integral. Entretanto, conforme destaca Machado (2020):

É importante frisar que, entre estes trinta e seis moradores, existem diferentes realidades acerca de como se ocupa a terra, sendo que trezes do número total moram no Acampamento, os outros vinte e três, por questões particulares e pessoais, não podem de fato morar na terra, dada a inexistência de políticas públicas, escola, saúde, entre outros fatores que fazem com que esses moradores possam frequentar o acampamento só nos finais de semana (MACHADO, 2020, p. 32-32).

Dessa forma destaca-se que no processo de ocupação e na luta pela terra, as comunidades enfrentam uma série de fatores, tais como os elencados pelo autor e a permanência na comunidade. O princípio da ocupação, parte dos pressupostos de ocupar, produzir e resistir, entretanto, como se luta quando os filhos precisam de escola, os pais de saúde, e toda a população de condições dignas de sobrevivência, determinadas por lei? Infelizmente essas políticas públicas não são cessíveis e disponíveis para todos, em destaque a comunidade em estudo.

Nesse sentido, podemos refletir que nos embates que a comunidade enfrenta contra os efeitos e conflitos da barragem, situa-se o processo de ser resistente frente aos percalços da própria luta. Como foi destacado por um dos moradores, quando fizemos a segunda visita a

campo, o questionamos sobre como estava a vida na comunidade e sobre o andamento do processo judicial da disputa pela terra, ele me confidenciou: “que estava cada vez mais difícil. A pesca, as disputas na justiça para conquistar o território estavam lentas, as famílias tinham diminuído, devido a migração para a cidade de Estreito, a fim de trabalhar e complementar sua renda” (DIÁRIO DE CAMPO, 23/11/2019).

Outro ponto nítido em todos os barracões que visitamos entre 2018 e 2019 é o fato de não haver energia elétrica em nenhum barracão, embora, seja uma comunidade afetada por uma barragem que tem como objetivo a geração de energia elétrica. Uma das formas que os moradores utilizam para conseguir assistir televisão e usar geladeiras para conservar seus alimentos é através da energia gerada por motores a óleo diesel.

Muitos são os embates que a comunidade do Acampamento Coragem sofre em meio à disputa pelos seus direitos junto ao CESTE, muitas violações que foram causadas desde o início da construção do empreendimento e que ao longo dos anos vem acarretando em muito sofrimento e resistência por parte dos atingidos. Mesmo assim, buscam serem reconhecidos e terem visibilidade para conquistar todos os seus direitos, como a terra, habitação de qualidade, direito a saúde, educação entre outros. O MAB é quem fortalece ainda mais as comunidades afetadas em meio às lutas contra o modelo energético de produção, que cada vez mais se instala no Brasil, causando efeitos drásticos não apenas às comunidades tradicionais, mas ao meio ambiente em geral.

### 3 A DESTERRITORIALIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS

A Desterritorialização é um dos processos mais presentes nos estudos sobre os grandes empreendimentos. Destaca-se especificamente pela série de conflitos e impactos que as comunidades atingidas têm enfrentado diante dos deslocamentos ocasionados pela UHEE. Diante disso, o presente capítulo busca enfatizar os efeitos que a barragem de Estreito ocasionou desde a Desterritorialização, destacando o processo que a comunidade enfrentou na perda do território alagado, o que conseqüentemente vai acarretar na busca pela Reterritorialização, enfatizando novas formas de se fixar em um território em disputa, fixando assim novas territorialidades. Por meio disso, destacamos todo esse processo da perda do território e a busca por continuar exercendo modos de vida ribeirinhos em um território em disputa.

#### 3.1 A Desterritorialização e os Efeitos da UHEE

A categoria território faz-se necessária na pesquisa para entendermos a dinâmica da relação de poder estabelecida na formação da Comunidade Ribeirinha do Acampamento Coragem, segundo a abordagem de Raffestin (1993) para se entender o território é necessário saber que o espaço o antecede, pois ele se forma a partir do espaço. Nesse sentido, Sousa (2020) define que o território [...] “é fundamentalmente um *espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*.” Sendo assim, a formação do Acampamento Coragem surgiu através de relações de poder devido à desapropriação, ou seja, a desterritorialização do seu antigo território que foi afetado pela construção da barragem.

Os moradores do Acampamento Coragem sofreram os processos de (TDR), que são abordados por autores como Haesbaert (2020) e Saquet (2007) que exemplificam esses termos e associamos com o que ocorreu com os atingidos da comunidade, Saquet (2007, p.163) destaca que “[...] os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização estão ligados, complementam-se incessantemente e, por isso, também estão em unidade. Todos acontecem ao mesmo tempo, para diferentes indivíduos”. Antes da chegada da barragem, suas territorialidades eram firmadas no território que foi alagado, que era posse de um fazendeiro local, onde as comunidades usavam para produzir vazantes e acampar para

pescar no rio. Em decorrência da desterritorialização e a expulsão do território, passaram a buscar por lugares no qual conseguiram reconstruir suas vidas.

Diante disso, encontraram na reterritorialização, alternativas de continuarem exercendo suas práticas de cultura e subsistência, processo este que os moradores do acampamento enfrentam atualmente na ocupação do território pertencente ao CESTE, no qual continuam resistindo em disputas judiciais para adquirir a terra de forma definitiva.

A desterritorialização é um processo mais recorrente atualmente devido à grande demanda em construção de barragens para geração de energia que é instalada no Brasil, assim gerando efeitos a muitas comunidades que vivem às margens dos rios, segundo abordagens de Haesbaert:

Desterritorialização vinculada ao desenraizamento e ao enfraquecimento das identidades territoriais. Aqui, o território pode adquirir uma conotação culturalista e, muitas vezes, pode se confundir com o conceito de lugar visto basicamente como estratégia de identificação cultural, referência simbólica que, sob a desterritorialização, perde sentido e se transforma em um “não-lugar” (HAESBAERT, 2003, p. 17).

Nesta mesma linha de raciocínio, Haesbaert (2020), em seu livro “O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à Multiterritorialidade”, destaca que a desterritorialização surge de uma problemática territorial. Considerando que após a vinda da barragem e o alagamento da terra, os moradores que tinham suas territorialidades fixas no local foram desterritorializados, perdendo seu território, lugar pelo qual tem grande afetividade e memória, de onde perderam vivências e tiveram alterações em suas práticas profissionais que historicamente estão relacionadas ao que a terra e o rio produzem.

O processo de desterritorialização causa muitos efeitos e danos às comunidades que passam por ela, tais como, perda do território, mudança do seu espaço de ocupação, ficam à mercê da vulnerabilidade, além de ser uma exclusão social do sujeito.

E certos casos, como o dos aglomerados de exclusão que denominamos anteriormente, de forma questionáveis, “tradicionais” [...] vinculados a situações endêmicas de precariedade e fome, a maior estabilidade física num mesmo local ou região pode fazer com que se mantenha ainda um certo grau de territorialização mais simbólico, que se encontra ausente nos outros casos (HAESBAERT, 2020, p. 335)

Na linha de pensamento do autor, pode-se perceber que a exclusão da comunidade do Acampamento Coragem está exposta, percebemos como a UHEE causa efeitos nas comunidades ribeirinhas contendo uma disparidade da proposta de desenvolvimento para a região, o tão falado progresso pelos grandes empreendimentos.

Haesbaert (2020, p.127) destaca que a desterritorialização “[...] é o movimento pelo qual se abandona território, é a operação de linha de fuga [...]” nesta afirmação do autor percebemos que o que ocorreu com a comunidade não foi o abandono do seu território, pois foram obrigados a se retirar e migrar para outros lugares, pelo fato das terras que montavam seus acampamentos terem sido alagadas e conseqüentemente foram expulsos pelos empreendedores da barragem, sendo forçados a se deslocarem para novos lugares e o Acampamento Coragem foi um deles (MACHADO, 2020).

A desterritorialização enfrentada pelos acampados foi um processo bem difícil que ocorreu entre os anos de 2007/2008 quando deram início às obras do empreendimento, foi um processo que conforme os relatos dos/as acampados/as ocorreu de forma agressiva e não foram avisados da expulsão do território, muitos dizem que tiveram seus barracos derrubados e seus pertences esvaçados, foi um momento de desespero da comunidade, pois muitos não sabiam para onde iriam depois da expulsão, e outros moradores já nos relataram que foram avisados e o próprio CESTE disponibilizou carros para levar seus pertences para outro local.

A comunidade sofreu o processo de desterritorialização, pois tiveram a perda do lugar no qual viviam acampados, ou seja, às margens do rio, local onde a comunidade tinha uma grande identificação, tinham suas territorialidades fixas antes da construção da barragem, além da afetividade, sentimento e memória que os ribeirinhos nutrem pelo território.

Um ponto que observei até comentei com os colegas que estavam comigo é a distância entre os barracões no acampamento, e o único transporte possível era por voadoras no reservatório, dona M. pontua a dificuldade de se adaptar ao território atual, pois nele tudo é mais difícil, é mais difícil plantar e pescar, atividades que antes da barragem era tudo mais fácil, segundo ela *“foi um baque muito grande ser retirado do nosso lugar à beira do rio, lá a gente plantava e pescava, depois que fomos retirados fiquei sem saber para onde ir, tivemos que construir uma nova vida e aí surgiu o acampamento e estamos aqui até hoje”* (DIÁRIO DE CAMPO, 23/11/2019).

Segundo Tuan (1983, p. 198), “O lugar é um mundo de significados organizados”. O território onde tinham suas territorialidades tem um grande significado em suas vidas, pela experiência de vida que tiveram no lugar antes da construção da barragem, local onde conseguiam produzir suas vazantes com muita fartura e pescar uma grande quantidade de peixes, diferentemente de hoje, que há poucos peixes no reservatório e não produzem mais vazantes.

[...] lugar atinge realidade concreta quando nossa experiência com ele é total, isto é, através de todos os sentidos, como também com a mente ativa e reflexiva. Quando residimos por muito tempo em determinado lugar, podemos conhecê-lo

intimamente, porém a sua imagem pode não ser nítida, a menos que possamos também vê-lo de fora e pensemos em nossa experiência (TUAN, 1983, p. 20-21).

Dessa forma, o lugar pelo qual a comunidade ainda carrega suas identidades que perpassam gerações, construída ao longo das suas trajetórias de vida às margens do rio, tem suas marcas históricas transgredindo o sentido de afetividade e ligação com o seu território alagado, carregam imagem de lembranças pela materialidade e significado para eles na construção de símbolos que intensificam em suas falas sempre associando com o seu lugar antes da barragem.

Os moradores do acampamento em suas falas, sempre pontuam o “lugar” no qual ficavam acampados e associam ao rio Tocantins, pelo fato de terem vivido às margens dele, pescando e plantando, vivendo seu modo de vida ribeirinho, além de ser um local de descanso e práticas de atividades culturais.

### **3.2 A Busca pela Reterritorialização**

A comunidade do Acampamento Coragem passou pelo processo de desterritorialização e está desde outubro de 2015 em busca da reterritorialização, ocupando um território que pertence ao CESTE. Esse processo é destacado por Haesbaert (2020) como sendo indissociáveis, pois a desterritorialização e reterritorialização surgem como forma de se construir novos territórios. A ocupação do território classifica-se como o recurso utilizado pela comunidade ribeirinha a fim de se reterritorializar, ou seja, fixar novas territorialidades e continuar vivenciando suas atividades de subsistência.

A busca pela reterritorialização ocorreu depois da construção, no qual fizeram muitas ocupações e manifestações em frente ao canteiro de obras da barragem e da cooperativa, tendo sido expulsos pelo CESTE diversas vezes. Quando tiveram conhecimento que o território pertencente aos empreendedores estava desocupado, decidiram então ocupar, é um território que já conheciam, pois estava nas rotas de pescas deles e assim formaram o acampamento que estão até hoje e lutam para continuar seus modos de vida, como pescadores e agricultores.

Segundo relatos da moradora (M.H.M, Pescadora de 63 anos) do acampamento, em uma de nossas visitas, relatou que “a ocupação é algo importante na luta pela terra que lhes foram tiradas pela implantação da barragem, tenho o sonho de adquirir a terra de forma legal para que os meus filhos possam trabalhar nela.”

No relato dessa moradora percebemos como é importante a ocupação, não só para ela, mas para toda a comunidade, é uma forma de continuar resistindo em meio aos embates que são enfrentados desde a construção da barragem. Embora seja uma pescadora com idade avançada, ainda continua na luta, mostrando a garra e determinação de uma comunidade que busca sobreviver do que a terra lhes oferece.

A reterritorialização é uma das alternativas que a comunidade encontrou para continuar exercendo seus modos de vida, por se tratar de uma comunidade ribeirinha, que tem como atividades culturais a produção de vazantes e a prática da pesca, com isso ocuparam a terra às margens do reservatório com o intuito de reivindicar seus direitos e modos de vida que foram atingidos pela barragem.

Nessa busca pela reterritorialização a comunidade desde a ocupação tem o apoio do MAB, é um movimento que tem contribuído e auxiliado as comunidades atingidas por barragens em geral, com o Acampamento Coragem não foi diferente, dando suporte nas lutas pelos direitos dos atingidos e conseqüentemente no apoio dos moradores na busca de fixar novas territorialidades na terra que hoje ocupam, os moradores relatam em suas falas a importância do movimento na luta pelos seus direitos.

O acampamento significa muito para a comunidade, é nesse território que continuam suas vidas. Local que ocupam desde 2015, em prol de continuar exercendo seus modos de vida ribeirinhos, de continuar plantando, pescando e criando seus animais, além de manterem a relação com a terra e o rio, devido serem ribeirinhos. Essa terra tem grande significado para eles, pois, é o território que hoje vivem suas vidas, como relatam em suas falas, querem essa terra para plantar e retirarem seu sustento. Muitos afirmam que desde criança vivem às margens dos rios pescando e plantando, essas atividades que mantém há gerações, profissões que herdaram de seus pais, assim intensificando ainda mais a relação com a natureza.

O próximo lote que visitamos foi o da dona Lucivania que é filha do seu João que assim como seu pai também é pescadora, profissão que herdou e sempre foi ribeirinha com muito orgulho, falou das dificuldades que é enfrentada atualmente no acampamento e fazendo comparações sempre de como era a vida antes da barragem relatando como tudo era mais fácil conseguiam pescar e plantar em abundância tendo uma fonte de renda com suas atividades e atualmente mal dá para o sustento da família (DIÁRIO DE CAMPO, 27/10/2018).

Conforme o relato de campo observa-se na realidade vivenciada por uma das moradoras da comunidade, como dito anteriormente, a profissão de pescador, ribeirinho e agricultor é passada de geração para geração, como é o caso de Lucivânia, que segue a

profissão dos pais, entretanto, cabe destacar as dificuldades em exercer essas atividades dado o contexto atual e dos efeitos ocasionado pelas barragens. Seu João tem relação imaterial com o Rio Tocantins, sempre se viu pescando e plantando as margens do rio, o que fez com que sua filha seguisse sua profissão, mas com os conflitos advindos da vinda da barragem para região os filhos de Lucivânia, netos de Seu João, poderão continuar com a profissão que é herdada de geração para geração? Em decorrência de inúmeros fatores é improvável que isso ocorra, tendo em vista que Lucivânia não consegue se manter apenas com aquilo que pesca e planta, como também não pode permanecer integralmente no acampamento pois necessita levar os filhos à escola, e as ausências de políticas públicas acarretam no empecilho de permanecer na comunidade.

Dessa forma, a herança do pescador é interrompida em decorrência da barragem, ao passar a profissão para os filhos e a manutenção cultural desse modo de vida, que historicamente tem mantido famílias como a de Seu João, passa a ser interrompido em razão dos efeitos e impactos que o empreendimento ocasionou a sua atividade profissional e cultural.

### **3.3 A Fixação de Novas Territorialidades**

A busca por fixar novas territorialidades é destaque nas lutas e conflitos enfrentados pelas comunidades atingidas, segundo Haesbaert (2020, p.127) “[...] a reterritorialização é o movimento de construção do território”. Os moradores do Acampamento Coragem destacam-se entre as populações que enfrentaram e continuam resistindo a esses processos de migrações territoriais, que a vinda da barragem tem causado às suas vidas e buscam a construção desse território, como forma de reivindicar seus direitos e continuar de certa forma suas atividades de subsistência.

A comunidade por ter uma relação intrínseca com a terra e o rio, buscam se reterritorializar no território que hoje ocupam a fim de continuar exercendo seus modos de vida, mesmo que não seja da mesma forma como exerciam antes da barragem, há uma grande diferença atualmente, mesmo com tantas dificuldades eles não se veem fazendo outras atividades, pois eles mesmos se denominam ribeirinhos, por serem pescadores e vazanteiros, as vazantes atualmente são impedidas de produzir. E agora fazem suas roças de toco para manter essa relação com a terra.

Antes da construção da barragem, essa população tinha suas territorialidades fixas às margens do rio Tocantins, território que acampavam para fazer suas atividades, a ocupação

desse território está relacionado “[...] à busca por uma nova territorialidade está marcada com relação ao lugar, e as formas com que a memória marca suas trajetórias e exercícios profissionais.” (MACHADO, 2020, p. 87). Diante disso, percebemos que a comunidade por ter essa relação muito afetiva, carregada de lembranças e memórias que desde criança são práticas que exerciam, ou seja, são atividades que passam de geração para geração, e por isso habitam um território que fica à margem do reservatório, já que a margem do rio não é possível por causa do reservatório que mudou a dinâmica e percurso do rio.

Machado (2020) analisa em seu trabalho como ocorre essa dinâmica para fixar novas territorialidades que a comunidade do Acampamento Coragem busca em meio aos embates que enfrentam para conquista a territorialização.

[...] o processo de territorialização que atualmente os moradores da comunidade enfrentam, tendo em vista que a luta pela terra caracteriza-se como uma forma de se reterritorializar e continuar exercendo seus modos de vida. A partir disso, destacamos os deslocamentos compulsórios enfrentados pelos acampados, uma vez que cada morador veio de um lugar diferente, pois, antes da barragem, os pescadores viviam nos pontos de pesca que ficavam às margens do rio Tocantins (MACHADO, 2020, p. 82).

O autor enfatiza que a comunidade luta para conquistar a territorialização no território que ocupam e que pertence ao CESTE, para continuar a exercer seus modos de vida, e consequentemente obter a terra de forma definitiva, visando melhorar a qualidade de vida da comunidade e procurar exercer suas atividades com certa semelhança com que era antes da barragem.

Em um dos relatos, uma das moradoras da comunidade destaca a sua relação com a terra, descrevendo que a sua identidade com a terra se dá ao fato de que o exercício de plantar e pescar são recorrentes em sua vivência. A perda do antigo território ainda é lembrada pelos moradores do Coragem, como a história de vida desta acampada que ressalta a falta de respeito a qual foi submetida na retirada de seu antigo território, pelo CESTE. Embora as dificuldades e embates enfrentados contra os empreendedores, a moradora enfatiza que “somos mulheres de garra e coragem e não vamos desistir de lutar por nossos direitos”.

Em todas as nossas visitas à comunidade, desde 2018, eles sempre demonstraram grande esperança de um dia conseguir a terra de forma definitiva, ou seja, atualmente estão no estágio de acampados e sonham em conseguir fixar novas territorialidades para que passem para o estágio de assentados.

Os moradores do acampamento em seus relatos destacam que a ocupação da terra é algo muito importante para eles, grande parte dos moradores estão no território desde o início,

ou seja, desde sua formação, outros vieram depois. Em seus discursos percebemos essa relação que a comunidade tem com a terra e o rio, demonstram as trajetórias de vida e resistência que a comunidade teve e tem ao longo dos anos, não é à toa que o próprio nome do acampamento é Coragem, porque realmente necessitam ter coragem para continuar lutando em meio a tantas dificuldades.

Dessa forma, a busca por fixar novas territorialidades perpassa a reivindicação dos modos de vida ribeirinha e nas condições que eles buscam continuar exercendo, condições essas, que são determinadas pelo pescado, plantação e criação que eles exercem em seus modos de vida. Essa busca pelo novo território perpassa os sentidos da terra alagada, ou seja, a vida ribeirinha construída a partir daquilo que se perdeu, tendo em vista que esse modo de vida é historicamente herdado e faz parte das trajetórias de vida dos/as acampados/s. Com isso, o fixar dessas novas territorialidades mesmo que altere seus modos de vida é a maneira que a população encontrou de continuar resistindo.

## 4 ACAMPAMENTO CORAGEM E AS MODIFICAÇÕES NA VIDA RIBEIRINHA

Neste capítulo, apresentamos a comunidade em estudo, ou seja, a Comunidade Ribeirinha do Acampamento Coragem. Destacando o processo de formação da comunidade e todos os desafios enfrentados pelos/as moradores/a para ocuparem esse território, da mesma forma, destacamos como se tem construído a vida ribeirinha após a construção da barragem, demonstrando os efeitos que a UHEE ocasionou à população do acampamento e como isso alterou seus modos de vida. Com isso, evidenciamos os processos de resistência em permanecer ocupando a comunidade e como a vida se moldou frente aos percalços causados pelo empreendimento.

### 4.1 A Formação da Comunidade

A formação do Acampamento Coragem surgiu por volta de outubro de 2015 quando os pescadores e vazanteiros naturais de Estreito (MA) ficaram sabendo que a terra localizada no município de Palmeiras do Tocantins (TO) e pertencente ao CESTE, estava desocupada. Também era de conhecimento de parte dos pescadores locais, que a terra foi de posse de um fazendeiro, mas que este foi indenizado, diante disso, eles decidiram ocupar o território com aval do MAB, como forma de reivindicar seus direitos. A ocupação ocorreu aos poucos, e atualmente o acampamento possui cerca de cem ocupantes (MACHADO, 2019).

[...] a formação do Acampamento Coragem surgiu por meio de reivindicações e resistências. A população que hoje ocupa o território, desde a instalação da barragem, tem se manifestado em prol dos direitos que foram violados pelo empreendimento. Tais manifestações ocorreram desde o acampamento em frente à barragem (que durou cerca de um ano e oito meses), juntamente com o MAB e outras comunidades atingidas pela UHEE que acamparam reivindicando os direitos de pescador (MACHADO, 2020, p. 27).

Segundo relato de um dos moradores em uma de nossas idas a campo foi descrito sobre o processo de ocupação e formação da comunidade, o morador pontuou que:

“depois da construção fizeram muitas ocupações e manifestações<sup>7</sup> em frente ao canteiro de obras da barragem e da cooperativa e várias vezes foram expulsos pelo

---

<sup>7</sup> De acordo com Cover e Santos (2021, p.142-143) “as famílias que não foram contempladas se organizaram com o MBA, realizando diversas mobilizações, em formas de acampamentos e marchas. Uma mobilização que é destacada foi uma marcha realizada entre Araguaína e Estreito, em agosto de 2010, quando, durante 10 dias, os manifestantes caminharam pela rodovia federal para reivindicar seus pleitos (MAB, 2010). Ao chegarem a Estreito, os manifestantes trancaram por algumas horas a ponte que liga os estados de Tocantins e Maranhão, e

CESTE, e quando ficaram sabendo desse território que pertence aos empreendedores estava desocupado decidiram ocupar por se tratar de um território que já conheciam, por estar nas rotas de pescas deles e assim formando o acampamento que estão até hoje lutando para continuar seus modos de vida, como pescador e agricultor” (DIÁRIO DE CAMPO, 23/11/2019).

Os pressupostos dessa ocupação tiveram início com as reivindicações dos pescadores pelos direitos negados pelo empreendimento, deixando essas pessoas desamparadas, à mercê da vulnerabilidade social e cultural, por se tratar de uma comunidade que vivia acampada às margens do rio Tocantins.

A ocupação do território às margens do reservatório ocorreu através de uma série de reivindicações dos ribeirinhos, dentre elas a ocupação em frente à Cooperativa e ao lado da UHEE, no qual ficaram por volta de dois dias acampados e logo em seguida foram retirados pelo CESTE, que emitiu um documento que classificava aquela comunidade como acampada, passando assim a prometer uma terra para que eles pudessem ser realocados em outros lugares, entretanto, essa promessa não se concretizou, o que levou a comunidade a buscar a terra prometida pelos empreendedores, que posteriormente se constituiu na formação do Acampamento Coragem (MACHADO, 2020).

A comunidade em sua totalidade é composta por pescadores/as e vazanteiros/as atingidos pela barragem de Estreito, um grupo formado por 36 famílias que organizam a ocupação no acampamento através de lotes, cujo cada morador/a tem o seu e o utiliza para ocupar, plantar e produzir, além disso, eles constroem seus barracos, guardam seus pertences e praticam suas atividades de subsistência. Em todas as nossas visitas pela comunidade, procuramos conhecer todas as famílias, observar seu cotidiano, seus modos de vida e acima de tudo, ouvir suas histórias e trajetórias. Diante disso, observamos que todos os barracões são bem distantes um dos outros, o que dificulta a comunicação entre a comunidade, visto que um dos meios de transporte entre os lotes é através de voadores.

O nome que a comunidade carrega “Coragem” tem toda uma história por trás da escolha, conforme relatos no trabalho de Machado (2020):

[...] sempre ouvi histórias sobre a formação do acampamento, inclusive sobre a escolha de seu nome: Coragem. Em uma dessas conversas, um dos pescadores me confidenciou: “Porque quando viemos pra cá disseram que tínhamos cor de jacaré, que tinha que ter coragem pra entrar aqui, e nois temos, porque só resiste quem tem coragem” (MACHADO, 2020, p. 114).

---

em seguida acamparam no canteiro de obras, participando de negociações com o consórcio construtor e o governo federal. O acampamento com famílias de todos os municípios atingidos permaneceu em Estreito/MA até o ano de 2011”.

O próprio nome da comunidade já diz que é preciso ter coragem para ocupar a terra, lutar pelos seus direitos e, sobretudo, lutar para conquistar o território e resistir em meio aos conflitos e embates contra os empreendedores, como foi possível observar nas falas dos moradores.

Na comunidade, há vários barracões como já mencionado ao longo do trabalho, em destaque o barracão sede (conforme a fotografia 3), local onde a comunidade se reúne a fim de realizar reuniões de interesse local, cujo fomos recebidos durante as visitas ao acampamento, na fotografia a seguir, mostramos nossa segunda visita à comunidade.

**Fotografia 3:** Barracão do Acampamento Coragem



**Fonte:** Oliveira (Novembro/2019).

Na Fotografia 3, destaca-se um dos barracões da comunidade, especificamente o local onde realizam as reuniões mensais, atividades para discorrerem sobre questões voltadas à ocupação e demandas de permanência no acampamento. Além disso, a cada primeiro domingo do mês, é realizado nesse mesmo local, um encontro a fim debater questões relacionadas à vivência da comunidade e apresentarem as atualizações sobre o processo judicial de conquista da terra.

Na comunidade, mesmo com a terra pouco fértil, observa-se que os/as acampados continuam plantando, sempre mantendo suas ligações com a terra, plantando espécies de legumes, hortaliças e grãos, como forma de subsistência, praticando essas atividades eles se alimentam com o pouco que é produzido. Nas fotografias 4-5 temos a plantação de abacaxi e couve flor em um dos lotes.

**Fotografia 4:** Plantação de Abacaxi



Fonte: Machado (Julho/2019).

**Fotografia 5:** Couve-Flor



Fonte: Machado (Julho/2019).

As duas fotografias demonstram como a comunidade ainda mantém essa ligação com a terra, mesmo com a pouca produção e as dificuldades de plantar, a comunidade persiste em manter essa relação com suas práticas culturais. Durante algumas conversas, percebemos que eles sempre comparam a terra de antes da barragem e depois, sempre destacam que na beira do rio era mais fácil e agora no acampamento é mais difícil, essas plantações se caracterizam como agricultura de subsistência.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Para Nierdele e Wesz Júnior (2018), a agricultura de subsistência é socialmente denominada de ordem doméstica, que trata-se da produção do que é socialmente necessário para a reprodução física e social do

Além das plantações na comunidade, eles também criam seus animais, dentre eles se destacam as galinhas e porcos, em quase todos os lotes que visitamos, há presenças dessas criações. A comunidade organiza esses animais em cercados, galinheiros e chiqueiros, conforme as fotografias 6-7.

**Fotografia 6:** Criação de porcos



Fonte: Oliveira (Novembro/2019).

**Fotografia 7:** Cercado das galinhas.



Fonte: Oliveira (Novembro/2019).

As fotografias supracitadas mostram as criações que a comunidade faz no acampamento, todas as suas práticas culturais intensificam sua identidade cultural dentro da comunidade, relações e práticas que se mantêm desde a época em que viviam acampados às margens do rio Tocantins. Atualmente buscam continuar fazendo a ocupação deste território, além de ser a forma que encontraram de se organizar para continuar resistindo.

A comunidade destaca-se pela sua formação política dentro do acampamento, visto que, contem representantes que estão à frente dos interesses da comunidade na luta dos seus direitos negados, dentre eles se destacam: Dona Jacirene e Seu Manoel, pescadores escolhidos por meio de votação para serem os representantes da comunidade, a escolha ocorreu assim

---

trabalhador e de sua família. Organizando-se através do combinado de vários cultivos agrícolas, tais como: roçados, pomares, criação de animais, extrativismo caça e pesca.

que adentraram no território do acampamento e decidiram se reunir a fim debaterem sobre o processo da luta pela terra, além de se encontrarem para reuniões todos os meses.

Através disso, destaco a formação que ocorre dentro do Acampamento Coragem pondo em ênfase as demandas e tomadas de decisões de Dona Jacirene, mulher e líder do acampamento. A liderança no Acampamento foi escolhida de forma coletiva entre os moradores. No início da ocupação cada um buscou se organizar em seu espaço e como destacado por muitos deles, “cada um por si e Deus por todos”. Após adentrarem no acampamento decidiram se reunir mensalmente a fim de debater sobre questões que os envolviam como um todo, isto é, organização, divisão dos lotes, o processo de produção e os processos judiciais que enfrentariam para a conquista da terra. Nestas reuniões decidiram que quem iria representar os moradores seria Dona Jacirene, já em razão da sua militância no movimento (MACHADO; SIEBEN, 2019, p. 284).

Por meio disso, podemos destacar como a atuação junto ao movimento social são fatores preponderantes na escolha dos representantes da comunidade, desde a vinda da barragem os ribeirinhos passaram a ter por intermédio do MAB uma formação política e educativa, conforme Machado e Sieben (2019), todos os moradores destacam o papel do movimento na luta pelos seus direitos, enfatizando que se não fosse o MAB eles não estariam mais ocupando a terra que vivem hoje.

É importante destacar que os representantes da comunidade são pessoas ativas e militantes do MAB há mais de 8 anos, sendo um dos fatores determinantes para a escolha destes como representantes (MACHADO, 2017). Diante disso, percebemos a atuação do MAB na organização da comunidade, devido seus líderes serem militantes do movimento, além de participar das reuniões e ações promovidas pelo movimento em prol de auxiliar na disputa do território. É diante desses pressupostos que “[...] o MAB demonstra representatividade e força, de forma que por suas ações que muitos dos atingidos agora reconhecem seu papel político e social” (MACHADO; SIEBEN, 2019, p. 284).

#### **4.2 As alterações na vida ribeirinha**

A UHEE por meio de seu reservatório acarretou o processo de desterritorialização, alterando a vida ribeirinha, no que diz respeito ao seu modo de vida, pois, sofreram alterações nesse período, tais como: interrompimento da produção de vazante e diminuição do pescado, a modificação nesses modos de vida ocasionou efeitos a suas fontes de renda.

As culturas e sociedades tradicionais se caracterizam pela a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida; b) conhecimento aprofundado da natureza e

de seus ciclos [...] Esse conhecimento é transferido de geração com geração pela oralidade; c) noção de território ou espaço onde o grupo social [...] moradia e ocupação desse território por várias gerações e) importância das atividades de subsistência [...] (DIEGUES, 2008, p. 89).

A relação que a comunidade tem com a natureza, conforme elencado pelo autor, é caracterizada pelos ciclos naturais e dos recursos que a natureza proporciona a eles, tal fator é que constroem seus modos de vida. A população ribeirinha do presente estudo, depende muito do que a terra e o rio produzem, é a forma de continuarem as suas atividades culturais e sobreviver por meio do que conseguem com o pescado, o plantio e a criação de animais.

O empreendimento mesmo após os seus 9 anos de instalação continuou a alterar os modos de vida ribeirinha da comunidade, Diegues (2008, p. 105) descreve que “os povos tradicionais não devem ter seu modo de vida alterado” nessa afirmação o autor retrata que as comunidades mantêm uma relação muito afetiva com a natureza e com as formas de lidar com ela, como se tratam de ribeirinhos que vivem do que produzem e do que conseguem pescar no rio, a barragem acabou modificando essas práticas culturais da comunidade, assim alterando as formas de utilizar os recursos disponíveis.

Os ribeirinhos já mantinham essa relação com a natureza antes da barragem, a comunidade do acampamento, tinha sua relação com a produção de vazantes as margens do rio, sobre o exposto, Carvalho (2018) pontua:

[...] a relação do homem com a natureza no que se refere a suas plantações, com toda singularidade, pois as lavouras eram idealizadas sem o uso de artifícios técnicos para ampliar a produção, mas apenas o fertilizante natural decorrente da vazante do rio Tocantins (CARVALHO, 2018, p.111).

A Comunidade Ribeirinha do Acampamento Coragem usufruía dessa prática de vazante devido ser um solo fértil e ter uma boa produção sem necessitar de técnicas de manejo, atualmente, para continuar plantando a comunidade utiliza-se das roças de toco, no qual é necessário todo um preparo, em comparação a produção que obtinham por meio das vazantes.

A mudança na forma de pescar foi uma das alterações que modificou a vida dos atingidos, antes da barragem a pesca era mais fácil, atualmente os/as pescadores/as encontram os desafios de esbarrarem por troncos de árvores que se enroscam e acabam danificando as redes de pesca. Machado (2020, p. 105) em sua dissertação destaca que “[...] Antigamente, a rede durava entre três a quatro anos, podendo ainda ser reutilizada. Hoje, a rede dura apenas seis meses, pois o lago tem muitos resquícios de madeiras, o que acaba danificando as redes

de pesca”. Nessa afirmação o autor retrata alterações na vida dos ribeirinhos que atualmente são mais cautelosos e tomam cuidados com esses empecilhos que o reservatório trouxe para eles.

Outro ponto importante é a mudança na utilização das redes que a comunidade usa para a pesca no lago.

[...] houve mudança no comprimento das redes de pesca. Para realizarem a pesca os pescadores utilizavam redes que mediam entre 20 a 30 metros, atualmente, a base da rede que pescam é de 600 metros. Através disso, destaca-se como a produção pesqueira tem sido impactada compulsoriamente, tendo em vista a extensão da rede de pesca que hoje necessita ser utilizada para que os/as pescadores/as consigam uma melhor produção [...] (MACHADO, 2020, p. 105-106).

O autor enfatiza como a comunidade foi afetada com o aumento do tamanho das redes para realizar suas pescas, os moradores do acampamento relatam que atualmente colocam as redes, mas não pescam quase nada. Antes, em pouco tempo já enchiam caixas e caixas de peixes. Relatos como estes são ouvidos desde as visitas de 2018/2019, os moradores da comunidade destacam efeitos drásticos na produção pesqueira, que decaiu muito ao longo dos anos, se comparada à realidade antes da barragem de Estreito.

Diante disso, conclui-se que são muitas as alterações no modo vida da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, desde a desterritorialização do seu antigo território datada por volta de 2007, que essa comunidade sofre com os efeitos irreversíveis da barragem de Estreito em suas vidas. Mesmo após 9 anos de instalação, ainda afeta diretamente os modos de vida da comunidade, alterando e interrompendo a produção de vazantes às margens do reservatório, devido às APP, o que atingiu drasticamente na produção pesqueira, momento em que o pescado decaiu bastante e afetou economicamente a comunidade, cujo fazia a comercialização desse pescado e atualmente mal conseguem pescar para manterem sua própria alimentação.

Entretanto, as alterações e suas vivências não os impediram de continuar reivindicando o modo de vida ribeirinho, o direito de acampado, a luta pela terra, e as condições dignas de uma vida em que possam continuar a pescar e plantar em um território rural que esteja às margens do rio/reservatório. Por meio disso, destacam-se os princípios da ocupação que essa população se classifica, o ser ribeirinho é pressuposto elencado na ocupação dessa terra, para que com isso possam continuar exercendo suas práticas culturais, como tinham antes da vinda do empreendimento para a região.

### 4.3 Os efeitos da UHEE no Acampamento Coragem

São muitos os efeitos provocados pela barragem de Estreito na Comunidade Ribeirinha do Acampamento Coragem, tais como a desterritorialização, a violação dos direitos dos atingidos, as alterações em seus modos de vida, o que acaba impactando socialmente, culturalmente, economicamente e ambientalmente essas comunidades. Segundo Rocha (2016):

Os impactos sociais, culturais, ambientais, familiares e estruturais que as populações têm sofrido no processo de desterritorialização, ocasiona na vida delas modificações no modo de viver, levando essas famílias, em certos momentos, não quererem saber mais de lutar por melhorias, pois as grandes obras não implicam em melhores condições de vida (ROCHA, 2016 p. 36).

A comunidade sofre com os impactos causados pela construção da barragem que são imprevisíveis e até hoje trazem consequências às suas vidas, impactando nos seus modos de viver. Mesmo após anos de sua instalação, a barragem de Estreito continua a causar efeitos as comunidades, como é o caso da população situada nesse estudo, após seis anos de ocupação ainda continuam a lutar por modos de vida ribeirinho e por condições de dignas de subsistência. Enfrentando ainda as ameaças constantes dos empreendedores de receberem a reintegração da terra que hoje ocupam.

A desterritorialização é um dos efeitos causados à comunidade pela construção da barragem e enchimento do reservatório que alagou os territórios onde viviam acampados às margens do rio Tocantins, é um dos principais danos, pois ocasionou prejuízos à identidade cultural dos atingidos, tais como mudança e diminuição na produção pesqueira, cultura de vazantes, fatores que define alterações na vida ribeirinha da comunidade.

A identidade cultural da comunidade é extremamente ligada a terra e ao rio, aos seus modos de vida, que é a pesca e produção de vazantes sendo suas atividades de subsistências, onde há uma relação com a natureza que forma sua identidade ribeirinha, extraindo seus recursos do que ela lhe oferece.

Hall (2006) descreve que o sujeito não tem uma identidade unificada e estável, ou seja, pode passar a ser fragmentada. Isso acontece com os moradores da comunidade, devido aos efeitos causados em suas práticas culturais pela perda do território, entre outros fatores, resultando, assim, na perda da sua identidade cultural.

[...] a construção da identidade dos povos tradicionais está intimamente ligada ao seu território, aos recursos naturais e à sua própria cultura, pois a questão da

territorialidade e a identidade se entrelaçam na e para a construção das representações do espaço humanizado, que, por sua vez, tornam-se produtos da cultura (MENESTRINO; PARENTE, 2011, p. 5).

Diante disso, a identidade da comunidade é ligada à sua afetividade com o antigo território, aos recursos que eram oferecidos, como a grande abundância do pescado, o solo fértil às margens do rio para produção das vazantes e atualmente a sua vida não é como antes, houve mudanças em suas atividades culturais favorecendo a fragmentação da identidade.

Um dos moradores destacou a dificuldade de plantar no acampamento, devido a infertilidade do solo, desse modo, a terra necessita de todo um preparo prévio antes do plantio. O solo presente no local é de origem do cerrado, ou seja, solos impróprios que necessitam de todo um preparo para plantar e ter êxito nas plantações, antes eles plantavam nas vazantes e tinham muita fartura, hoje não podem mais devido às APP. Em um de seus relatos, um dos acampados afirmou que “o chão só dá se a gente plantar” isso demonstra a afetividade e preocupação com o cultivo no solo, destacando ainda uma identidade muito ligada a terra.

A vazante é uma das práticas que os ribeirinhos exerciam antes da construção da barragem às margens do rio Tocantins, plantavam suas hortaliças, vegetais e grãos (melancia, arroz, abóbora, milho entre outros), na época de desnível do rio por ser uma terra que era muito fértil, contribuindo para que suas produções fossem em abundância, essa produção da comunidade abastecia feiras do município de Estreito e região, além do uso para seu próprio consumo. Atualmente essa prática não é mais possível por serem proibidos de usar as margens do reservatório em áreas de APP e buscam alternativas de continuar plantando, uma delas são as roças de toco.

A vinda do reservatório (fotografia 8) é um dos fatores que levaram os ribeirinhos a serem retirados do antigo território, o que afetou diretamente suas atividades culturais, como a pesca e a produção de vazantes, além de devastar toda a paisagem ao seu redor e mudar a dinâmica do rio. Para Sigaud (1986) a formação de um reservatório de uma barragem afeta diretamente o curso do rio, modificando a visão dos ribeirinhos enquanto suas atividades culturais e sociais, pois no rio conseguem ter uma percepção da dinâmica imposta ao aproveitamento da pesca e produção de vazantes, são efeitos que com o reservatório a comunidade vem sofrendo.

**Fotografia 8: O Reservatório da UHEE Próximo ao Acampamento Coragem**

Fonte: Oliveira (Dezembro/2019).

Na Fotografia 8, observa-se a grande presença de troncos de árvores que estão no estágio de deterioração, ou seja, em decomposição, liberando algumas substâncias na água que podem ser tóxicas aos peixes, ocasionando a falta de oxigênio para os peixes e levando a mortandade do pescado. Conforme relatos dos moradores do acampamento, após a vinda da barragem, a produção pesqueira decaiu drasticamente, fazendo com que algumas espécies de pescado diminuíssem em decorrência da formação do lago e barramento do rio, impedindo que houvesse a reprodução dos peixes e, conseqüentemente, que os cardumes circulassem naturalmente, como ocorria antes da barragem.

Seu Manoel, assim como todos os outros moradores que já tinha conversado desde a minha primeira visita em 2018, destacaram um dos efeitos drástico na produção pesqueira, a diminuição do pescado, ante da barragem pescavam muitos peixes, chamados de primeira tais como: Pacu Manteiga, Caranha, Piau e alguns peixes de couro, estes peixes que tinham um mercado consumidor muitos grande e iam pescar em pontos até a antiga Ilha de São José (Babaçulândia – TO) que atualmente está toda inundada pelo lago da barragem, atualmente pega mais peixe de segunda como Tucunaré e Mamparra (DIÁRIO DE CAMPO, 23/11/2019).

Machado (2020) destaca que os efeitos na produção pesqueira são um dos maiores enfrentados pelas populações atingidas. Em seu estudo, o autor ressalta que desde o processo de instalação da barragem de Estreito, foi possível pontuar uma série de danos causados ao pescado.

A barragem de Estreito represou muitos peixes nas comportas onde se encontram o empreendimento. Na narrativa do pescador A.N.S, quando o mesmo menciona que ‘eles pega (sic) os peixe bom e solta e enterra’, estão situados exatamente esses processos recorrentes no vertedouro, pois, por não haver a escada de peixes, estes ficam presos nas comportas e para sanar tais problemas os empreendedores recolhem e enterram o pescado represado, o que acaba impactando ambientalmente a produção dos pescadores (MACHADO, 2020, p. 104).

Entre uma das promessas que o CESTE fez às comunidades ribeirinhas que se localizam acima do reservatório da barragem, foi a implantação da escada de peixe, antes da construção da barragem, promessas que estavam nos estudos realizados. E como muitas outras promessas, esta também não saiu do papel, sendo mais um fator que contribui para o declínio na produção pesqueira, que atingiu diretamente os pescadores que vivem dessa prática.

A escada de peixe são tanques ou degraus, que geralmente são construídos em barragens para que o peixe consiga subir o rio nadando contra a correnteza, para assim desovar e se reproduzir naturalmente. A falta dessa escada é o que dificultou a produção e reprodução do pescado e, conseqüentemente, diminuiu a pesca. Entre os relatos dos moradores, a ausência de cardumes e a falta de diversidade dos peixes é um dos efeitos que mais tem causado crises na vida dos moradores do acampamento.

A pesca é a principal atividade de subsistência dos moradores do Acampamento Coragem, sendo um dos principais efeitos sofridos pela comunidade. A implantação do lago afetou diretamente a atividade pesqueira, sendo algumas espécies de peixes antes abundantes no rio, atualmente não são encontradas no lago, em razão de não serem típicas de água parada, além da presença de troncos e matérias orgânicas em decomposição no lago. Em entrevista, um dos acampados relatou: “Agora, para se pegar uma quantidade significativa de peixe é necessário ir três a quatro dias no lago para pescar e varia muito, tem dia que pega muito e tem dia que não pega nada, a hora que mais se pega é à noite, e ainda é de anzol” (J., 12/12/2020).

Diante disso, percebe-se que a dificuldade de exercer a atividade pesqueira no reservatório após a construção da barragem é muito grande, assim modificando a vida do pescador da comunidade que antes da barragem pescavam em grandes quantidades em um curto período de tempo e como eles mesmos relatam, eram peixes de primeira, atualmente há uma grande dificuldade, tem que ficar mais tempo pescando para pegar uma pequena quantidade de peixe, e são peixes de segunda que não tem um mercado consumidor abrangente.

Nesse sentido, conclui-se que os efeitos causados pela UHEE aos moradores da Comunidade Ribeirinha do Acampamento Coragem têm afetado economicamente, socialmente e culturalmente suas trajetórias e seus modos de subsistência. Entretanto, cabe ressaltar que a ocupação desse território perpassa o sentido de estar à beira do rio, de reivindicar um lugar ribeirinho, onde possam continuar pescando e plantando, estando de alguma forma associados à vida que tinham antes da barragem, mesmo com os inúmeros embates e desafios enfrentados contra os empreendedores, a luta pelo território perpassa o sentido do lugar e da subsistência, e é por essa razão que há seis anos continuam na luta para a conquista da terra.

## 5 AS COMUNIDADES RIBEIRINHAS E A RELAÇÃO COM O ENSINO DE GEOGRAFIA

Por se tratar de uma pesquisa para obtenção do título de licenciado em Geografia faz-se necessário relacionar o tema com ensino de Geografia na Educação Básica, trazendo essa aproximação entre o ensino e a pesquisa. O tema em questão faz-se muito presente no contexto geográfico, pois enfatiza a relação de território, cultura e identidade. O território sendo uma das categorias de pensamento geográfico presente na pesquisa por se tratar de uma comunidade ribeirinha que foi desterritorializada pela construção da UHEE, e a busca da reterritorialização no território pertencente aos empreendedores da barragem, isso está muito relacionado aos movimentos compulsórios, ou seja, os movimentos populacionais, nesse caso devido à vinda do reservatório da barragem que inundou o local onde a comunidade vivia acampada para praticar suas atividades culturais.

Nos anos iniciais, pode-se trabalhar o tema da pesquisa relacionando com as comunidades tradicionais e seus contextos socioculturais, trazendo para a realidade dos alunos, com objetivo de compressão das dinâmicas culturais e seus modos de vida, seus hábitos e organização. Além de permitir que se faça a relação dos grupos, em destaque para a comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem por se tratarem de pescadores e vazanteiros. Diante disso, (BRASIL, 2018 p.368):

Assim, é imprescindível que os alunos identifiquem a presença e a sócio diversidade de culturas indígenas, afro-brasileiras, quilombolas, ciganas e dos demais povos e comunidades tradicionais para compreender suas características socioculturais e suas territorialidades. Do mesmo modo, é necessário que eles diferenciam os lugares de vivência e compreendam a produção das paisagens e a inter-relação entre elas, como o campo/cidade e o urbano/rural, no que tange aos aspectos políticos, sociais, culturais, étnico-raciais e econômicos.

Nesse sentido, de acordo com Brasil (2018) é importante que os alunos da Educação Básica identifiquem a presença de comunidades tradicionais, a cultura, identidade, formação de seus territórios e suas territorialidades. Trazendo a discussão com a pesquisa percebe-se a notoriedade de como podemos trabalhar conteúdos sobre comunidades tradicionais mobilizando a relação das práticas culturais, a paisagem presentes em cada local, o que mudou com a vinda do reservatório da barragem, os impactos ambientais presentes, a vegetação degradada e inundada pelo reservatório.

A habilidade no 3º ano do Ensino Fundamental “(EF03GE04) reconhecer os diferentes modos de vida de povos e comunidades tradicionais em distintos lugares” (BRASIL, 2018,

p.377), é umas das habilidades que auxiliam o professor de Geografia a trabalhar sobre as mudanças nas práticas culturais desses povos, ou seja, seus modos de vida em lugares distintos e pode-se relacionar com a comunidade em estudo, pois houve essa mudança, antes o pescado era mais abundante hoje a produção pesqueira decaiu muito em razão da formação do reservatório. As produções nas atividades agrícolas também sofreram com as alterações em suas práticas, em destaque a produção de vazantes que devido à demarcação da Área de Preservação Permanente (APP), passaram a serem impedidos de plantar as margens do lago, tendo então que utilizar das roças de toco para continuarem com suas atividades de agricultura.

Nos anos finais do Ensino Fundamental a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orienta que devemos buscar a compreensão das relações espaciais, ou seja, da produção no espaço e dos fenômenos socioespaciais recorrentes nele. De acordo com Brasil (2018, p.381) “[...] a transformação do espaço em território usado – espaço da ação concreta e das relações desiguais de poder [...]”. Aqui se relaciona a apropriação de poder que os empreendedores da usina têm sobre a comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, em primeiro ponto destaca-se a ocupação deste território, que ocorre como pressuposto de resistência e luta pelos direitos que foram violados pelos empreendedores, além disso, após os processos de desterritorialização e ao buscarem se reterritorializar nessa terra que é de posse do CESTE, as ameaças e lutas constantes sobre o território em disputa associam-se às relações de poder que consequentemente se encontram no decorrer do processo enfrentado pelos ribeirinhos.

Brasil (2018) auxilia o professor a retomar discussões de identidade, principalmente cultural, pois as comunidades carregam uma afetividade permeada pelas lembranças e memórias que tem em relação ao lugar que viviam. Dentro dessa perspectiva, observa-se a relação imaterial que os moradores do Acampamento Coragem têm com o território alagado, fato esse preponderante como pressuposto da ocupação na terra que vivem hoje. A relação com o lugar alagado perpassa o sentido da experiência e vivência que os ribeirinhos obtiveram através do tempo e do espaço que viviam antes da barragem, em decorrência do processo de desterritorialização essa ligação é interrompida e consequentemente acaba afetando os modos de vida dessas populações que têm sua subsistência voltada para o que a terra e o rio produzem.

No Ensino Médio é retomada uma discussão mais ampla sobre território e culturas, sendo dois elementos essenciais para a pesquisa e para compreensão da relação do tema com o Ensino de Geografia, traz ainda as relações de poder, na formação de território, analisar

processos políticos em diferentes âmbitos que trazem efeitos culturais, ambientais e econômicos, a dinâmicas desses fenômenos socioespaciais.

Em uma competência das ciências humanas, observa-se que no Ensino Médio é preciso desenvolver um trabalho, no qual o aluno consiga compreender:

Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais geradores de conflito e negociação, desigualdade e igualdade, exclusão e inclusão e de situações que envolvam o exercício arbitrário do poder (BRASIL, 2018, p. 571).

Nesse ponto é interessante trabalhar com a formação de comunidades tradicionais na construção de seus territórios, os aspectos sociais e culturais envolvidos, sobretudo, quando se diz respeito à formação de acampamento, como é o caso do Acampamento Coragem, que se iniciou devido esse processo de exclusão pelos empreendedores da barragem, sendo então desterritorializados, o que gerou conflitos, efeitos socioambientais, econômicos e culturais pela relação de poder que os empreendedores da barragem tem sobre os ribeirinhos que viviam às margens do rio Tocantins.

Quando falamos de efeitos socioambientais e econômicos pelo uso indevido de recursos naturais, a BNCC no Ensino Médio contribui para que devolvamos discussões sobre os temas no âmbito local, sendo assim, Brasil (2018) aponta em uma de suas competências que precisamos:

Contextualizar, analisar e avaliar criticamente as relações das sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de soluções que respeitem e promovam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global (BRASIL, 2018, p.571).

Essa competência proposta pela BNCC facilita o desenvolvimento do posicionamento crítico dos alunos do Ensino Médio, sobre os impactos ambientais que são provocados no âmbito local, como o tema da pesquisa que descreve os efeitos da UHEE na comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, mas que atinge diretamente muitas populações, por ser um empreendimento que visa um desenvolvimento sustentável, embora haja muitas questões que envolvem o debate acerca de que tipo de desenvolvimento é proposto pelo Estado e como as populações em geral podem ser contempladas com esse modelo de progresso.

Essas questões fazem com que os alunos reflitam sobre a construção de usinas hidrelétricas em nossa região, mais precisamente no rio Tocantins onde há várias construídas e há projetos para serem implantadas mais barragens, sendo assim há uma habilidade na

BNCC que auxilia o docente de Geografia nesse sentido, “(EM13CHS306) Contextualizar, comparar e avaliar os impactos de diferentes modelos socioeconômicos no uso dos recursos naturais e na promoção da sustentabilidade econômica e socioambiental do planeta [...]” (BRASIL, 2018, p. 562).

Na construção de barragens, como a UHEE, o uso dos recursos naturais, como a água, que é usada como fonte de geração de energia, o potencial hidrelétrico do país recai sobre inúmeras questões que este modelo energético vem a causar a sociedade no geral. Embora seja vendida a ideia de um desenvolvimento que abarque a região onde tais empreendimentos se instalam, os estudos sobre os grandes empreendimentos e as populações atingidas evidenciam que a lógica desenvolvimentista não abarca a realidade vivenciada pelas inúmeras comunidades que são atingidas pelas barragens, como a proposta desta pesquisa que analisou os efeitos que a barragem acarretou a uma população ribeirinha.

Por fim, conclui-se que há grande relação do tema da pesquisa com o Ensino de Geografia, por se tratar de algo bem didático e dinâmico em nossa sociedade que muitas vezes podem passar despercebidos pela população, pelos alunos e até mesmo pelos professores. As comunidades tradicionais em nossa região existem em grandes números, comunidades indígenas, quilombolas, ciganas e ribeirinhas. Entender à cultura destas populações, a dinâmica das disputas territoriais e alterações em seus modos de vida, são fatores preponderantes no debate do professor de Geografia, que proporcionará aos alunos debates críticos acerca das questões territoriais, culturais e dos conflitos enfrentados na sociedade de modo geral.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou analisar de forma sucinta a percepção dos moradores do Acampamento Coragem em relação aos efeitos provocados a vida ribeirinha, em específico pelos processos de desterritorialização e reterritorialização que a construção da barragem de Estreito ocasionou, gerando com isso alterações irreversíveis em seus modos de vida.

A pesquisa proporciona reflexões, sobretudo na convivência da comunidade, que a partir desse estudo podemos evidenciar que mesmo após anos da construção da UHEE, as populações atingidas continuam a sofrer com os efeitos provocados, tais como: conflitos pela terra, alteração no modo de vida ribeirinho e efeitos drásticos na produção do pescado, o que atinge suas atividades culturais. Através disso, a luta pela terra e território, a resistência em ocupar um lugar ribeirinho e a reivindicação da população acampada, destacam trajetórias de afetividade com o lugar que ultrapassam o sentido geográfico da ocupação, evidenciando histórias de vida que rememoram o território alagado.

A identidade cultural da comunidade está relacionada às suas atividades de subsistências, como a pesca e a produção de vazantes as margens do rio, ou seja, é uma relação muito forte com a terra e o rio, com o ser ribeirinho, as suas trajetórias de vida acampando ao longo do seu percurso, que conseqüentemente é traçado na construção do seu território, local pelo qual criaram significados e símbolos que perpassa o sentido de afetividade e memória que desde crianças foram ensinados a viver as margens do rio como pescadores e vazanteiros, profissões que se passou de geração em geração dando significado ao ser ribeirinho.

O acampamento surgiu pelo processo de desterritorialização que a comunidade sofreu no ato da construção da barragem de Estreito, ou seja, a migração de um território para outro, em razão do alagamento de suas terras, provenientes do reservatório da barragem, fato esse que causou a perda do seu território, e posteriormente a ocupação da terra de posse do CESTE a fim de se reterritorializar. Todavia, esse processo de resistência e luta pela terra não é pacífico, os acampados enfrentam inúmeros conflitos, sobretudo judiciais.

Nesse sentido, o MAB luta pelos direitos negados às populações atingidas pela construção da barragem, principalmente no que diz respeito às indenizações. O movimento ainda luta pela implantação de um modelo energético que não cause tantos efeitos ao meio ambiente e as comunidades tradicionais às margens dos rios.

Vale destacar como um empreendimento com a lógica capitalista de produção que tem como discurso base a promoção do progresso na região instalada levando um

desenvolvimento econômico e político tem reproduzido as desigualdades sociais em nossa sociedade, pautada pela divisão de classes entre empreendedores e acampados, divisão essa, na qual o ribeirinho é sempre marginalizado e privado de direitos básicos e essenciais a todo cidadão.

Através deste estudo, torna-se possível ampliar o debate e publicitar ainda mais as demandas que as populações atingidas têm enfrentado com o decorrer dos anos. Conforme os relatos dos/as acampados/as suas histórias de vida traduziram os sentidos e significados de enfrentar os efeitos ocasionados pela UHE de Estreito e permanecer resistindo antes os percalços que encontram na luta pela terra e território.

## 7 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Graziela Rodrigues de. **Terras indígenas e o licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Estreito**: análise etnográfica de um conflito socioambiental. 2007. 122f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, UnB: Brasília, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- BRAGA, Iara; SILVA, Vicente. Efeitos sociais e espaciais de grandes projetos: entre territórios de vida e relações de poder. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 12, n. 38, p. 100-107, 2011.
- COVER, Maciel; SANTOS, Chirlene Alves dos. Gerações, identidades e saberes: um olhar sobre a comunidade Ilha Verde – Babaçulândia/TO. In: BARCELLOS, Sérgio Botton (Org.). **Juventude rural e conflitos socioambientais no Brasil**: existências e resistências. Curitiba: Apris, 2021.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec: Nupaub – USP/CEC, 2008.
- GUARIM, Vera Lúcia. Sustentabilidade ambiental em comunidades ribeirinhas tradicionais. **III Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal, Corumbá, MS**, v. 33, 2000.
- HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, 29: 11–24, 2003.
- \_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 12º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LUCENA, Mariane Emanuelle da Silva. **Tecendo Fios e Saberes**: experiência das arpilleras e as mulheres atingidas pela UHE-Estreito (MA). 2020. 162f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) - Universidade Federal do Tocantins, UFT: Araguaína, 2020.
- MAB NACIONAL, Movimento dos Atingidos por Barragens. **As populações atingidas por barragens e as violações aos direitos humanos**, São Paulo, SP: 2015.
- MACHADO, Laylson Mota. **O Acampamento Coragem**: impactos, conflitos e percepções em torno da Usina Hidrelétrica de Estreito – MA. 2017. 82 f. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Tocantins, UFT: Tocantinópolis, TO, 2017.
- \_\_\_\_\_. A Formação do Acampamento Coragem e os Impactos socioespaciais em torno da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA). In: **43º Encontro Anual da ANPOCS**, 2019, Caxambu. ANAIS do 43º Encontro Anual da ANPOCS. v.1.
- \_\_\_\_\_.SIEBEN, Airton. A Representação Feminina no Acampamento Coragem e a Desterritorialização ocasionada pela Usina Hidrelétrica de Estreito (MA). **Humanidades & Inovação**, v.6, p. 280-291, 2019.

\_\_\_\_\_. **“A Beira do rio é o nosso lugar”**: os efeitos da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) e a vida ribeirinha no Acampamento Coragem em Palmeiras do Tocantins (TO). 2020. 139f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) - Universidade Federal do Tocantins, UFT: Araguaína, 2020.

MENESTRINO, Eunice; PARENTE, Temis Gomes. O estudo das territorialidades dos povos tradicionais impactados pelos empreendimentos hidrelétricos no Tocantins. **Brazilian Geographical Journal**, Uberlândia, v.2, n.1, p. 1-19, 2011.

NIERDELE, Paulo Andre; WESZ JUNIOR, Valdemar João. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

OLIVEIRA, G. da S.; MACHADO, L. M.; SIEBEN, A. Acampamento Coragem no município de Palmeiras do Tocantins (TO) e os impactos da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA). **Revista de Ciências Humanas**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2021.

PEREIRA, Jaciene. **O atual modelo energético e a gestão ambiental no Brasil**: uma análise a partir do caso da UHE-Estreito e os impactos socioespaciais em Carolina - MA. 2015. 174 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) - Universidade Estadual do Maranhão: UEMA, São Luís, MA, 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, Judite da. **Usina Hidrelétrica de Estreito e desterritorialização**: impactos sobre a saúde e resistência das famílias atingidas. 2016. 124f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2016.

SANTIAGO, Carlos Leen. **O Estreito Desenvolvimento**: história dos conflitos socioambientais da barragem. Imperatriz, MA: Ética, 2014.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SEPLAN- TO (2012) disponível: <<https://www.cge.to.gov.br/secretaria-do-planejamento-e-da-modernizacao-da-gestao-publica-seplan-2012/>> acesso: 07 de julho. 2020.

SIEBEN, Airton. **Estado e Política Energética**: a desterritorialização da comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica Estreito. 2012. 203 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia: UFU, Uberlândia, MG, 2012.

SIGAUD, L. **Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos**: as barragens de Sobradinho e Machadinho. Rio de Janeiro-RJ: Museu Nacional, 1986.

SOUSA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 5º Ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2020.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VAINER, Carlos Bernardo. **O Conceito de Atingido:** uma revisão de debates e diretrizes. Rio de Janeiro, 2003.

ZEN, Eduardo Luiz. **Movimentos sociais a questão de classe:** um olhar sobre o movimento dos atingidos por barragens. 2007. 211 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília: UnB, Brasília, DF, 2007.